

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1.404/2.023**  
**EDITAL DE CONCORRÊNCIA nº 01/2.023**

**OBJETO:** CONCESSÃO PARA SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO NO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO

**1 - PREÂMBULO**

**1.1** - O Poder Executivo Municipal de Espírito Santo do Pinhal, por meio da Divisão de Licitações, situado no Centro Administrativo Municipal na Avenida Hélio Vergueiro Leite - Bloco G - Sala G 39, Jardim Universitário, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento de quantos possam interessar, que fará realizar licitação, na modalidade de **CONCORRÊNCIA**, tipo **MAIOR OFERTA E MELHOR TÉCNICA** a ser paga para o **PODER CONCEDENTE**, conforme o disposto no artigo 15, inciso VI, da **LEI FEDERAL DE CONCESSÕES**, objetivando seleção de proposta mais vantajosa e outorga de concessão para prestação de serviços de implantação, operação, manutenção e gerenciamento do sistema de estacionamento rotativo público do **MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL**, com parquímetros multivagas, totens de atendimento, equipamentos emissores de tíquetes eletrônicos de estacionamento e ainda inserção via telefonia celular, por meio da utilização de sistema informatizado, em conformidade com a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a qual será regida pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, e **pelo Termo de Referência**.

**1.2** - A abertura dos envelopes, "**PROPOSTA TÉCNICA**" e "**PROPOSTA**" e "**DOCUMENTAÇÃO**" terá início às **09:10 horas do dia 04 de abril de 2.023**, na Divisão de Licitações, situado no Centro Administrativo Municipal de Espírito Santo do Pinhal na Avenida Hélio Vergueiro Leite, Bloco G - Sala G39, Jardim Universitário.

**2 - OBJETO DA CONCESSÃO**

**2.1** - O objeto desta Concorrência é a **CONCESSÃO PARA SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO**, nas vias do Município, na quantidade estimada de 1.179 (um mil cento e setenta e nove) vagas, as quais serão implantadas conforme descrito a seguir:

**2.1.1** - Compreende a quantidade estimada de 1.179 (um mil cento e setenta e nove) vagas, com início da Operacionalização do Sistema de Estacionamento Rotativo Controlado em até 90 (noventa) dias, de acordo com o cronograma a ser apresentado pela **CONCESSIONÁRIA**, após a assinatura do Termo de Concessão.

**2.2** - O prazo da Concessão dos serviços de que trata o item 2.1 deste Edital, será de 5 (cinco) anos, renovável por igual período, nos termos e condições da regulamentação própria, caso haja interesse do Município, a contar do início da operacionalização do Sistema de Estacionamento



Rotativo Pago, não podendo ultrapassar 90 (noventa) dias após a assinatura do Termo de Concessão.

**2.3** - O início da operação do sistema far-se-á nas vias, somente após a execução da sinalização vertical e horizontal pela empresa vencedora do certame, conforme orientações emanadas nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito, bem como manuais de Sinalização Vertical e Horizontal do mesmo Órgão.

**2.4** - Após o prazo de concessão previsto no item 2.2, retornarão ao Município todas as obras, construções e benfeitorias realizadas a partir da concessão.

**2.5** - Os equipamentos usados na concessão, tais como, parquímetros, PDV, POS, totens de autoatendimento, carro guardião, não são considerados bens reversíveis por tratarem-se de tecnologias que ficam ultrapassadas ao longo do tempo.

**2.6** - O valor de outorga da presente Concessão é fixado em repasse mensal no montante equivalente ao valor percentual da arrecadação bruta, devendo ser depositado em conta indicada pelo Município até o quinto dia do mês subsequente ao vencido.

**2.7** - A comprovação do enquadramento na condição de **ME** ou **EPP** está disciplinada neste Edital.

### **3 - PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO DE CONCESSÃO**

**3.1** - O prazo de validade Concessão para serviço de implantação e operacionalização de sistema de estacionamento rotativo pago, será de 5 (cinco) anos, renováveis por igual período, a contar do início da operacionalização do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago, desde que, seja de interesse da administração e que tenha, em média, nos últimos 3 (três) anos, um mínimo de 80% (oitenta inteiros por cento) de aprovação nos índices de desempenho.

### **4 - RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**4.1** - Das restrições para participação:

**4.1.1** - Será vedada a participação de empresa declarada inidônea por qualquer órgão público.

**4.1.2** - Nenhum interessado poderá representar mais de uma empresa.

**4.2** - Todas as comunicações relativas ao processo licitatório serão feitas às empresas participantes por meio de e-mail e estarão disponíveis no site da prefeitura. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que os licitantes façam constar em seus envelopes de documentação e proposta o número de telefone e e-mail.

**4.3** - Das condições de participação:

**4.3.1** - Poderão participar desta licitação os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.



**4.3.2** - Além das vedações estabelecidas pelo artigo 9º da Lei nº 8.666/1993, não será permitido à participação de:

- a** - Empresas estrangeiras que não funcionem no País.
- b** - Empresas suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com esta Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993 e alterações.
- c** - Empresas impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002.
- d** - Empresas impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 10º da Lei nº 9.605/1998.
- e** - Empresas declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas (art. 87, IV da Lei nº 8.666/1993).
- f** - Entidades sem fins lucrativos qualificados ou não como Organizações Sociais ou OSCIPS.
- g** - Cooperativas, nos termos da Súmula 281 do TCU, Lei nº 8.666/1993, art. 3º, §1º, inciso I.

#### **4.4 - QUALIFICAÇÃO JURÍDICA**

**4.4.1** - Serão consideradas em condições de participação as empresas que atenderem os requisitos deste Edital e comprovarem as seguintes condições:

- a** - Registro comercial, no caso de firma individual;
- b** - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, a ata registrada da assembleia de eleição da diretoria.
- c** - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;
- d** - Ata registrada na Junta Comercial, das assembleias que tenham aprovado ou alterado os estatutos em vigor e ata de eleição dos administradores em exercício, no caso de cooperativas.
- e** - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- f** - Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados.
- g** - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal, da sede do licitante, dentro do prazo de validade;
- h** - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- i** - Certidão Negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- j** - Certidão Negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, caso se enquadre;
- Nas hipóteses em que a certidão encaminhada seja positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.
- k** - Prova de regularidade relativa a débitos trabalhistas, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida eletronicamente no site do Tribunal Superior do Trabalho.
- l** - Declaração assinada por representante legal de que a empresa licitante não foi declarada inidônea para participar em licitações ou para contratar com o poder público. (Anexo VII)
- m** - Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos



em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988. (Anexo VIII)

**n** - Declaração do Licitante de Concordância aos Termos do Edital e de Inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação (Anexo VI;)

**o** - Descritivos técnicos e equipamentos exigidos nas especificações técnicas, limitadas às funcionalidades abaixo, apresentado no ENVELOPE 2 - DOCUMENTAÇÃO, sob pena de desclassificação:

Módulo	Descrição
APLICATIVO DE USUÁRIO	O sistema de aplicativo permite cadastro de contas pré-pagas.
PONTO DE VENDA	Tem disponibilização de equipamento de POS ou equivalente, com impressora integrada ao corpo, permitir conexão 3G com certificação Anatel, para ativação de tempo em dinheiro, cartão de crédito e débito.
PARQUÍMETRO	Equipamento de alto atendimento resistente a sol e chuva, que possa ser instalado em vias públicas para aquisição de tíquetes de Zona Azul.
SISTEMA DE SOFTWARE	Banco de dados apto a realizar toda a gestão do estacionamento rotativo de Zona Azul.

**4.4.2** - As declarações deverão ser assinadas por sócio-gerente, presidente ou diretor, admissível assinatura por procurador / credenciado munido de procuração hábil, nos termos da Lei, ou de carta de credenciamento.

**4.4.3** - A participação do licitante como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) somente será permitida se o interessado comprovar tal situação jurídica junto com os documentos de credenciamento, por meio de seu instrumento constitutivo registrado na respectiva Junta Comercial ou órgão competente, no qual conste a inclusão no seu nome como, ME ou EPP (art. 72 da Lei Complementar n.º 123/2006), ou por meio da apresentação de enquadramento do licitante na condição de ME ou EPP, mediante declaração em instrumento próprio para essa finalidade no respectivo órgão e registro de seus atos constitutivos. (Anexo X)

## 4.5 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

**4.5.1** - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta. Com base nos dados extraídos do balanço será avaliada a capacidade financeira através dos seguintes índices:

- a** - Liquidez corrente (LC) - deverá ser igual ou superior a 1,0;
- b** - Liquidez Geral (LG) - deverá ser igual ou superior a 1,0
- c** - Solvência Geral (SG) - deverá ser igual ou superior a 1,0;
- d** - Grau de Endividamento (GE) - deverá ser igual ou menor a 0,7;

$$\text{Índice de Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$





$$\text{Índice de Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{Índice de Solvência Geral} = \frac{\text{Ativo Real}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{Índice de Graude Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não circulante}}{\text{Ativo Real}}$$

**4.5.2** - Considera-se Ativo Real, o Ativo Total diminuído dos valores de duplicatas descontadas, despesas do exercício seguinte, empréstimos a coligadas, sócios, acionistas, diretores a Ativo Diferido.

**4.5.3** - A licitante que não alcançar os índices acima descrito, deverá comprovar que possui capital social ou patrimônio líquido correspondente a, no mínimo 5% (cinco inteiros por cento) do valor estimado anual da Concessão, de acordo com artigo 31, § 2º e § 3º da Lei nº 8.666/1993.

**4.5.4** - Caso o licitante seja optante pelo **SPED**, apresentar termo de abertura e encerramento, termo de envio, e demais documentos obrigatórios.

**4.5.5** - A comprovação da boa situação financeira a ser demonstrada pelo licitante deverá estar devidamente aplicada em memorial de cálculo juntado ao Balanço, assinado por contador habilitado ou por profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, a ser ratificada por meio dos índices descritos.

**4.5.6** - Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão de Licitações reserva-se o direito de efetuar os cálculos.

## **4.6 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**4.6.1** - Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome da **LICITANTE**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a experiência da **LICITANTE** ou do **RESPONSÁVEL TÉCNICO** em implantação e operação de sistemas eletrônicos de monitoramento de vagas rotativas em logradouros públicos, com geração de dados em tempo real, por meio de sistemas considerados de maior relevância para o certame, execução de projetos e implantação de sinalização vertical e horizontal em vias e logradouros públicos municipais.



**4.6.2** - A comprovação da relação jurídica mantida com os profissionais em nome dos quais os Acervos Técnicos acima referidos forem emitidos poderá ser feita por meio de cópia autenticada de:

- a** - Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado, contendo a qualificação e o registro do empregado;
- b** - Contrato de prestação de serviços; ou
- c** - Comprovante de vínculo societário entre a empresa e o profissional especializado.

**4.6.3** - A comprovação da capacidade técnica deverá ser feita em nome da Licitante ou do Responsável Técnico, mediante a apresentação de certificado do respectivo atestado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - **CREA** ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - **CAU**, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico expedida em nome do responsável técnico da proponente conforme o caso, integrante de seu quadro permanente.

**4.6.4** - A Comissão poderá realizar diligências a fim de verificar a veracidade dos documentos apresentados, devendo a licitante ainda, junto com seu acervo técnico, apresentar o contrato de prestação de serviços e/ou nota fiscal.

**4.6.5** - A comprovação da condição de responsável técnico da Proponente far-se-á por meio de Certidão de Registro e Quitação de pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - **CREA** ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - **CAU**, devendo obrigatoriamente constar todos os responsáveis técnicos e dados cadastrais atualizados da licitante.

**4.6.6** - A conformidade dos atestados poderá ser confirmada por meio de diligência, sendo que a sua desconformidade implicará a inabilitação da Proposta, sem prejuízo de outras sanções cabíveis em virtude de falsidade das informações prestadas.

**4.6.7** - Qualquer certidão apresentada, em que não conste expressamente seu prazo de validade, será considerada válida por **90 (noventa) dias** contados da sua emissão.

**4.6.8** - As certidões emitidas via **INTERNET** serão tidas como suficientes à perfeita comprovação da habilitação, respondendo a empresa pela sua veracidade e autenticidade, nos termos da legislação. Entretanto, estarão sujeitas a verificação de sua autenticidade por meio de consulta realizada pela Comissão de Licitações.

**4.6.9** - Todos os documentos deverão ser apresentados mediante cópia autenticada por Tabelião de Notas (**Cartório**), por via autenticação digital com a certidão de veracidade ou por servidor público ligado à Licitação, desde que as cópias estejam acompanhadas do documento original.

**4.6.10** - **O Atestado de Visita Técnica**, pelo responsável da empresa, que deverá ser realizada em até cinco dias úteis antes da data prevista para a abertura dos envelopes e poderá ser agendado junto à **SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO pelo telefone (19) 3651-9672**, das 8 h até as 16h30m de segunda até sexta feira.



**4.6.11** - Caso a Licitante opte por **NÃO** realizar a **VISITA TÉCNICA**, ela poderá apresentar junto à “Documentação de Habilitação”, declaração de que conhece o local e as condições nas quais os serviços deverão ser realizados.

## **5 - APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

### **5.1 - Envelope nº 02 - “DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO”**

**5.1.1** - Deverá ser apresentado em envelope indevassável, com identificação “**DOCUMENTAÇÃO**” e da empresa e a menção ao número da presente licitação e, conterá toda a documentação exigida a qual será aceita no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por publicação em órgão de imprensa oficial ou autenticado por servidor público ligado à Licitação, mediante a apresentação do respectivo original.

**5.1.2** - O representante da licitante que comparecer na sessão pública de recebimento e abertura dos Envelopes e desejar se manifestar em nome da empresa, deverá protocolar acompanhado dos Envelopes 01 e 02, documentos credenciais de representação com poderes decisórios para todas as fases da licitação, com firma do outorgante devidamente reconhecida em cartório, em original ou autenticada, salvo se o representante for o proprietário da empresa.

**5.1.3** - Nenhum interessado poderá representar mais de uma empresa.

**5.1.4** - Não será inabilitado o licitante que deixar de cumprir o disposto no subitem 5.1.2. Ele somente ficará impedido de manifestar-se na sessão.

### **5.2 - Envelope 01 - “PROPOSTA TÉCNICA/COMERCIAL”**

**5.2.1** - O critério técnico nesta licitação se justifica, pois considera o prescrito no art. 46 da Lei nº 8.666/1993, devido a envolver na construção e operação dos sistemas serviços de natureza intelectual, elaboração de projetos, gerenciamento, fiscalização e serviços de informática.

**5.2.2** - A Concessionária deverá pontuar na Proposta Técnica o percentual dos requisitos mínimos e indispensáveis que constituem os critérios de julgamentos e seus elementos

**5.2.3** - Apresentação: deve conter, sucintamente, a denominação da Licitante, o objeto da Licitação, o número do edital e uma breve e precisa descrição da estrutura da **PROPOSTA TÉCNICA E COMERCIAL**.

**5.2.4 - OS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO ESTÃO NO ITEM 7.5, COM A TABELA DE REQUISITOS FUNCIONAIS E TÉCNICOS: A CONCESSIONÁRIA SERÁ PONTUADA DE ACORDO COM OS VALORES OBTIDOS DO PREENCHIMENTO DA TABELA PELA EQUIPE JULGADORA.**

### **5.3 - PROPOSTA COMERCIAL**

**5.3.1** - A **PROPOSTA COMERCIAL**, no Envelope 01, deverá conter a **PROPOSTA TÉCNICA** demonstrando o percentual obtido, o qual será convertido em pontos, e ainda a Proposta Comercial, identificação da empresa, o número da licitação, e a proposta, em português, contendo, sob pena de desclassificação:

**a** - Nome da empresa, endereço completo e o número da inscrição do CNPJ.

**b** - Número da Concorrência.



c - Conter o **percentual a ser repassado sobre a receita bruta com a venda de tickets**, inclusos todos os custos e encargos que incidirem sobre o objeto licitado, os quais são de responsabilidade da empresa que possuir a Concessão.

**5.3.2 -** Caberá a cada **LICITANTE** realizar, por sua própria conta e risco, investigações, levantamentos e estudos, bem como desenvolver projetos para permitir a apresentação de sua **PROPOSTA COMERCIAL**.

**5.3.3 - A PROPOSTA COMERCIAL** será apresentada no original, em uma única via, digitada, em linguagem clara e objetiva, nos exatos termos do modelo constante do **ANEXO II - B** do Edital, sem erros ou rasuras, devendo ser assinada pelo responsável legal da **LICITANTE** ou pessoa legalmente habilitada a fazê-lo em nome desta, inclusive o representante credenciado.

**5.3.4 - A PROPOSTA COMERCIAL** deverá conter o valor referente **não inferior 10% (dez inteiros por cento) conforme determina a legislação municipal**, que deve ser expresso em valores numéricos e por extenso, a ser pago mensalmente ao Concedente.

**5.3.5 -** Na formulação de sua **PROPOSTA COMERCIAL**, a **LICITANTE**, deverá incluir todos os investimentos tributos, custos e despesas, incluindo, mas não se limitando, às financeiras, necessárias para a exploração da **CONCESSÃO**.

**5.3.6 -** Os riscos a serem assumidos pela **CONCESSIONÁRIA** em virtude da exploração da **CONCESSÃO** são de sua responsabilidade.

**5.3.7 -** O valor das **TARIFAS** na data base de pesquisa de mercado, decreto e lei municipal e suas respectivas atualizações, são as seguintes:

**a - Veículo - Zona Azul**

- R\$ 1,00 - 0:30 minutos
- R\$ 2,00 - 1:00 hora
- R\$ 4,00 - 2:00 horas

**b - Veículo - Zona Hospitalar**

- R\$ 0,50 - 0:30 minutos
- R\$ 1,00 - 1:00 hora
- R\$ 2,00 - 2:00 horas

**5.4 -** O Valor global estimado para concorrência é de **R\$ 10.186.560,00 (dez milhões, cento e oitenta e seis mil, quinhentos e sessenta reais)**, com base nos parâmetros abaixo:

**5.4.1 -** Índice de respeito: 30 % (para fins de estimativa)

**5.4.2 -** Horas de operação por mês: 240 horas

**5.4.3 -** Para fórmula de cálculo do contrato considerou-se R\$ 2.00 a hora.

**5.4.4 -** A fórmula usada para calcular o valor do contrato, foi a seguinte:

$$\text{Valor do Contrato} = \text{Quantidade} \times \text{Preço da Tarifa} \times \text{Horas} \times \text{Índice} \times \text{Tempo de Concessão}$$

**5.4.5 -** Que o período máximo de estacionamento em uma mesma vaga deverá ser de até 2 (duas) horas.





**5.4.6** - Que o percentual mensal de repasse deverá ser de, no mínimo, **10% (dez inteiros por cento)**, conforme determina a legislação municipal.

**5.4.7** - A PROPOSTA ECONÔMICA, formulada nos termos deste **EDITAL** e seus **ANEXOS**, deverá ser acompanhada obrigatoriamente de demonstração da viabilidade econômico-financeira de execução do objeto - **PLANO DE NEGÓCIOS** - o qual deverá tomar em consideração o **TERMO DE REFERÊNCIA** que constitui o **ANEXO I**, sob pena de inabilitação.

**5.4.8** - Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas ou vantagens não previstas neste **EDITAL**, nem de preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais **LICITANTES**.

**5.4.9** - A Proposta que apresentar valor manifestamente inexecutável será obrigatoriamente desclassificada.

**a** - A inexecutabilidade deve ser comprovada por meio de planilha de custo, a ser apresentada acompanhante da Proposta

**5.4.10** - Prazo de validade de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua abertura.

**5.4.11** - Rubrica em todas as folhas, data e assinatura do representante legal no final.

**5.4.12** - O silêncio da Proposta, quanto a prazo de validade, considerar-se-á como de 60 (sessenta) dias.

## 6 - PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

**6.1** - Será adotado o processo de inversão de fase. A entrega dos envelopes ocorrerá do seguinte modo: **Envelope 01 PROPOSTA TÉCNICA/COMERCIAL**, o **Envelope 02 DOCUMENTAÇÃO**, o qual somente será aberto da empresa primeira qualificada.

**6.2** - Os Envelopes nº 01 e 02, concernentes às **PROPOSTAS TÉCNICAS/COMERCIAIS** e, por fim, somente será aberto o **Envelope de DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da melhor classificada**, respectivamente. Deverão ser entregues devidamente fechados e indevassáveis, à Comissão de Julgamento de Licitações, que os receberá no local, data e hora estabelecidos no preâmbulo deste Edital.

**6.3** - Os Envelopes deverão conter, em lugar visível, a titulação de seu conteúdo Envelope nº 01 **PROPOSTA TÉCNICA/COMERCIAL** e, Envelope nº 02 **HABILITAÇÃO**, razão social, endereço da empresa e número da Concorrência.

**6.4** - O documento relativo ao credenciamento deverá ser entregue à Comissão de Julgamento de Licitações, separadamente dos envelopes previstos no subitem anterior, acompanhado de documento que identifique o credenciado, devendo no caso de preposto mencionar os poderes a que está investido.

**6.5** - O documento de credenciamento será juntado ao processo licitatório.



## 7 - ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO

**7.1** - A presente **CONCORRÊNCIA** será processada e julgada de acordo com procedimento estabelecido pelo art. 43 da Lei nº 8.666/1993, Lei Municipal nº. 4.826, de 13 de julho de 2021, Decreto Municipal nº. 5.504, de 27 de junho de 2022 e normatizações posteriores que regulamentem a matéria.

### 7.2 - Abertura dos Envelopes **DOCUMENTAÇÃO**

**7.2.1** - No local, hora e dia designados no preâmbulo deste Edital, na presença dos licitantes ou de seus representantes que compareceram e demais pessoas que desejarem assistir ao ato, a Comissão julgadora de Licitações iniciará os trabalhos, examinando os envelopes da **PROPOSTA TÉCNICA/COMERCIAL**, os quais serão rubricados pelos seus membros e licitantes ou seus representantes credenciados, procedendo, a seguir à abertura do envelope **DOCUMENTAÇÃO**, da empresa melhor qualificada.

**7.2.2** - Os documentos contidos nos Envelopes nº 01 **PROPOSTA TÉCNICA/COMERCIAL**, serão examinados e rubricados pelos membros da Comissão, bem como, pelos proponentes ou seus representantes credenciados.

**7.2.3** - Qualquer manifestação deverá ser feita somente após a fase de abertura do envelope nº 02 (**DOCUMENTAÇÃO**), por meio de pessoa devidamente credenciada pela empresa proponente, sendo inserida em ata, a pedido das partes, toda e qualquer observação ou declaração pertinente, a qual será assinada pelos membros da Comissão e licitantes ou seus credenciados.

**7.2.4** - Na impossibilidade de se realizar o julgamento durante a sessão de abertura, esta será suspensa. Os licitantes serão comunicados oficialmente.

### 7.3 - Critérios para julgamento da documentação

**7.3.1** - Serão inabilitados à presente licitação os participantes, que:

**a** - Apresentarem documentação incompleta ou com borrões, rasuras, entrelinhas, cancelamento em partes essenciais, sem a devida ressalva;

**b** - Não atenderem ou preencherem as condições exigidas no Edital.

**7.3.2** - Se todas as proponentes forem inabilitadas, a Comissão poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para reapresentação de nova documentação, escoimada da causa que ensejou a inabilitação.

### 7.4 - ABERTURA, EXAME E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS / PROPOSTA COMERCIAL

**7.4.1** - Os Envelopes **PROPOSTA TÉCNICA/COMERCIAL** das proponentes serão abertos no mesmo local mencionado no preâmbulo do Edital. A abertura do envelope 02, **DOCUMENTAÇÃO**, se houver desistência expressa de interposição de recursos, será feita pela Comissão de Julgamento de Licitações na sessão, ou, após decorrido o prazo para interposição de recursos ou julgados os interpostos, cuja data e horário será comunicada às proponentes habilitadas.

**7.4.2** - A Comissão Técnica analisará a documentação da proposta técnica com base nos critérios constantes neste Edital abaixo:



Módulo	Descrição	Créditos
APLICATIVO DE USUÁRIO	Utiliza fracionamento de Horas exemplo 30 mim em 30 min	2
APLICATIVO DE USUÁRIO	Utiliza a função retirada dos veículos da vaga, e o aplicativo devolve os créditos referentes ao tempo não utilizado.	5
APLICATIVO DE USUÁRIO	O sistema de aplicativo permite cadastro de contas pré-paga	5
APLICATIVO DE USUÁRIO	Utiliza crédito adquirido pelo parquímetro no aplicativo como forma de pagamento	8
PONTO DE VENDA	Tem disponibilização de equipamento de P.O.S ou equivalente, com impressora integrada ao corpo, permitir conexão 3G com certificação Anatel, para ativação de tempo em dinheiro, cartão de crédito e débito	4
PARQUÍMETRO	Monitor touchscreen.	2
PARQUÍMETRO	Monitor com filtro de privacidade.	1
PARQUÍMETRO	Tem opção de retirar veículo da vaga de estacionamento e tem a opção de devolver os créditos referentes ao tempo não utilizado na conta pré-paga.	5
PARQUÍMETRO	Utiliza moedas como forma de pagamento	2
PARQUÍMETRO	Utiliza cédula como forma de pagamento	5
PARQUÍMETRO	Utiliza cartão de débito e crédito como forma de pagamento	1
PARQUÍMETRO	Utiliza crédito adquirido por aplicativo como forma de pagamento	8
PARQUÍMETRO	As operações são em tempo real (online)	3
PARQUÍMETRO	O parquímetro permite o cadastro de conta pré-paga on-line	5
MONITORAMENTO E VENDAS	Disponibilização de equipamento para monitores realizar suas funções homologadas pela ANATEL, para venda por cartão de crédito	2
MONITORAMENTO E VENDAS	Realiza consulta e identificação de status da placa veicular, através de aplicativo do monitor utilizando-se de tecnologia OCR nativa do aplicativo.	1
MONITORAMENTO E VENDAS	Tem chat para comunicação entre os monitores e encarregado integrado ao aplicativo de MONITORAMENTO	1
MONITORAMENTO E VENDAS	Realizar venda offline e comprovar sincronização posterior com o sistema. Sistema deve exigir senha para entrar no em modo offline	4
PALM DE MULTAS	Disponibiliza palm de multa que possibilita a verificação de veículos irregulares para os agentes de trânsito	2
<b>TOTAL MÁXIMO</b>		<b>70</b>

**7.4.3 - A PONTUAÇÃO TÉCNICA OBTIDA (PTO)** se dará com o somatório da pontuação obtida perante cada item a ser analisado, constante na **PROPOSTA TÉCNICA** de cada licitante.

**7.4.4 -** Proposta Técnica deverá alcançar **NO MÍNIMO 50%** da pontuação máxima estabelecida sobre o total de requisitos acima, para que seja considerada apta a prosseguir no certame.

**7.4.5 -** O somatório da **PONTUAÇÃO TÉCNICA OBTIDA (PTO)** pela proposta apresentada pela licitante servirá somar com o percentual Preço.

**7.4.6 - O TOTAL GERAL DE PONTUAÇÃO TÉCNICA (TGPT)** é o valor máximo de pontuação perante os itens constantes na **PROPOSTA TÉCNICA** deste certame.

**7.4.7 -** O resultado obtido por meio do **ÍNDICE TÉCNICO (IT)** servirá para compor a fórmula de cálculo que definirá a proposta vencedora do certame.



## 7.5 - CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

**7.5.1** - As propostas serão examinadas e rubricadas pelos membros da Comissão, bem como pelos proponentes ou seus representantes presentes, e será procedida a sua leitura.

**7.5.2** - Qualquer manifestação deverá ser feita após a fase de abertura dos dois envelopes. Envelope 1 - PROPOSTA TÉCNICA/COMERCIAL e Envelope 2 - HABILITAÇÃO, através de pessoa devidamente credenciada pela empresa proponente, devendo toda e qualquer declaração pertinente constar da ata, que será assinada pelos membros da Comissão e pelos proponentes.

**7.5.3** - Se o julgamento não puder ser realizado durante a sessão de abertura, a sessão será encerrada, sendo o resultado comunicado oficialmente.

## 7.6 - CÁLCULO DA PROPOSTA DE PREÇO (CP)

**7.6.1** - A proposta de percentual oferecido servirá para compor o índice de cálculo estabelecido pelo certame, ficando considerado como Índice de Oferta Percentual - **IOP**, somado a Pontuação Técnica Obtida (PTO), utilizando-se duas casas decimais.

**7.6.2** - O percentual tem peso de 0,3 (sete décimos) equivalente a 30 pontos do Cálculo final da proposta.

**a - PRIMEIRA CLASSIFICADA:** 30 PONTOS

**b - SEGUNDA CLASSIFICADA:** 25 PONTOS

**c - TERCEIRA CLASSIFICADA:** 20 PONTOS

**d - QUARTA CLASSIFICADA:** 10 PONTOS

**e - DEMAIS CLASSIFICADAS:** 0 PONTOS

## 7.7 - CÁLCULO FINAL (CF)

**7.7.1** - Considerando o prescrito no art. 46 da Lei nº 8.666/1993, atribuir-se-á peso 0,3 (três décimos) para proposta comercial e peso 0,7 (sete décimos) para a proposta técnica, que comporão a Cálculo Final, para fins de julgamento. Os pesos atribuídos dão a relevância necessária a cada proposta, destacando-se a melhor proposta comercial, somando-se na proposta técnica o comprometimento com a tecnologia e a qualidade dos serviços que devem ser prestados.

**7.7.2** - O Cálculo Final (CF) das licitantes, até a segunda casa decimal e desprezada as demais, se darão de acordo com a média ponderada da Nota Técnica (NT) e Nota de Preço (NP), conforme representado a seguir:

$$\text{Cálculo Final} = (30 \times \text{PTO}) + (70 \times \text{IOP}) \times \text{Pontuação Máxima}$$

**7.7.3** - Considere:

**a** - PTO= Pontuação técnica obtida

**b** - IOP= Índice de Oferta da Proponente

**OBS:** Conversão do percentual em pontos: Peso 0,7 (sete décimos), será convertido 70 pontos e peso 0,3 (três décimos) será convertido em 30 pontos.





**7.7.4** - A proponente que apresentar a proposta com **MAIOR RESULTADO**, fica notificada para apresentar a certificação dos itens da PROPOSTA TÉCNICA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme apontado.

**7.7.5** - O não cumprimento de qualquer um dos itens pontuados pela Concessionária, será desclassificada, sendo convocada com o mesmo prazo, a segunda mais bem colocada para apresentação.

**7.7.6** - Em caso de igualdade entre duas ou mais propostas o critério de desempate, será em consonância ao art. 45 § 2º da Lei nº 8.666/1993.

**7.7.7** - Após o término da demonstração dos itens pontuados da proposta técnica, fica a proposta de MAIOR RESULTADO, para apresentar a PROVA DE CONCEITO, conforme Anexo II, no prazo de 07 (sete) dias corridos.

**7.7.8** - A **homologação** da proposta vencedora e sua adjudicação ocorrerão somente após APROVAÇÃO (**PROVA CONCEITO**), definida com base no **Termo de Referência**, transcorridos os prazos legais para a interposição de recursos ou caso haja desistência expressa de todos os licitantes ou após o julgamento.

**7.7.9** - Se as demais **LICITANTES**, por seus representantes presentes, concordarem com a classificação divulgada e desistirem do direito de recurso, a **COMISSÃO DE LICITAÇÃO** poderá, a seu critério, declarar o vencedor.

**7.7.10** - Todos os atos praticados na sessão de julgamento serão lavrados em ata assinada pelas **LICITANTES** presentes e pela **COMISSÃO DE LICITAÇÃO**.

## **7.8 - Desclassificação:**

### **7.9 - Serão desclassificadas as propostas que:**

**7.9.1** - Apresentadas em desacordo com o modelo contido no ANEXO I ou que não contiverem todos os documentos exigidos pelo Edital.

**7.9.2** - Apresentarem percentual de repasse abaixo do mínimo estimado.

**7.9.3** - Não estiverem assinadas pelo representante legal da empresa ou procurador.

**7.9.4** - Que contiverem rasura, borrão, entrelinha ou linguagem que dificulte a exata compreensão do enunciado.

**7.9.5** - Que contiverem emendas, ressalvas ou omissões.

**7.9.6** - Que implicarem oferta submetida a condição ou termo não previstos neste Edital.

**7.9.7** - Que não estiverem totalmente expressas em percentual, conforme o caso.

**7.9.8** - Que não estiverem redigidas em língua portuguesa.

**7.9.9** - Que não considerarem todos os tributos incidentes sobre o objeto da Licitação, na forma da legislação vigente.

**7.9.10** - Que considerarem qualquer benefício fiscal que possa vir a ser conferido à CONCESSIONÁRIA, no âmbito da União, do Estado e do Município, durante o prazo da CONCESSÃO, sem que efetivamente exista no momento da Licitação.

**7.9.11** - Cujos documentos não estiverem de acordo com o processo.

**7.9.12** - Que contiverem outros vícios capazes de comprometer a sua veracidade.

**7.9.13** - Deixar de cumprir qualquer item da prova de conceito.

**7.9.14** - Deixar de cumprir qualquer item da proposta técnica.



**7.10** - Se todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para reapresentação de outra, escoimada da causa que ensejou a desclassificação.

### **7.11 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**7.11.1 - A homologação** da proposta vencedora e sua adjudicação ocorrerão somente após aprovação **no teste em escala real (PROVA CONCEITO)**, definido no **ANEXO IV do Termo de Referência**, e transcorridos os prazos legais para a interposição de recursos, ou tenha havido desistência expressa de todos os licitantes ou após o julgamento.

**7.11.2** - Após a divulgação do resultado da Licitação, o objeto será adjudicado à Licitante vencedora. A adjudicação produz os seguintes efeitos jurídicos

- a** - Aquisição do direito de a Licitante vencedora celebrar o Contrato de Concessão;
- b** - Vinculação da Licitante vencedora ao cumprimento das condições estabelecidas no Edital e no Contrato de Concessão.

**7.11.3** - O resultado do julgamento e a adjudicação do objeto da Licitação à Licitante vencedora serão submetidos à deliberação da Autoridade Superior, a qual poderá:

- a** - Homologar o resultado da Licitação;
- b** - Determinar a emenda de irregularidade sanável se for o caso;
- c** - Revogar a Licitação, por razões de interesse público;
- d** - Anular a Licitação se for o caso, por ilegalidade insanável.

**7.11.4** - A Licitação somente será revogada por razões de interesse públicos decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, e será declarada nula, quando verificada ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado.

**7.11.5** - A adjudicação do objeto desta **LICITAÇÃO** à licitante vencedora formalizar-se-á por meio de Contrato assinado pelas partes interessadas, regendo-se suas cláusulas pelos termos deste **EDITAL**, da Minuta que o integra e pela legislação aplicável à espécie, em especial, a Lei Nacional nº 8.666/1993.

**7.11.6** - A desistência do **MUNICÍPIO** em contratar com a licitante melhor classificada, por anulação do procedimento licitatório, não confere a esta o direito de indenização ou reembolso de qualquer espécie.

## **8 - PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONCESSÃO**

**8.1** - A vencedora deverá assinar o Termo de Concessão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis da publicação da homologação do certame, junto ao Departamento de Licitações e Contratos, localizado na Avenida Hélio Vergueiro Leite, s/n, Bloco G UNIPINHAL, CEP 13.990-000. Este prazo poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, mediante justificção feita pela empresa e aceita pela Prefeitura Municipal.



**8.2** - Se a vencedora se recusar, sem motivo justificado e aceito pela Administração, a assinar o **Termo de Concessão**, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total da obrigação, ficando sujeita às penalidades sobre o valor da proposta do fornecimento, além de outras sanções cabíveis e previstas no art. 87 da Lei Nacional nº 8.666/1993.

**8.3** - No ato de assinatura do Termo de Concessão, a vencedora deverá apresentar:

**8.3.1** - Instrumento público ou particular de mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes ao signatário da contratação, quando não se tratar de sócio ou diretor autorizado pelo estatuto ou contrato social.

**8.3.2** - Carta de apresentação do responsável perante a Administração, que responderá por todos os atos e as comunicações formais.

## **9 - REMUNERAÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTES**

**9.1** - O concessionário cobrará as tarifas de acordo com o estipulado pelo Concedente, conforme Lei Municipal nº 4.826, de 13 de julho de 2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 5.504, de 27 de junho de 2022 e suas respectivas atualizações, respeitando os horários de funcionamento definidos na legislação bem como a área de operação prevista neste Edital e no Termo de Referência.

**9.2** - Valor das Tarifas:

**9.2.1** - **“Carro” - Zona Azul**

a - R\$ 1,00 - 0:30 minutos

b - R\$ 2,00 - 1:00 hora

c - R\$ 4,00 - 2:00 horas

**9.2.2** - **“Carro” - Zona Hospitalar**

a - R\$ 0,50 - 0:30 minutos

b - R\$ 1,00 - 1:00 hora

c - R\$ 2,00 - 2:00 horas

**9.2.3** - **Tarifa de Pós Utilização: R\$ 15,00**

**9.3** - O valor global estimado para concorrência é de **R\$ 10.186.560,00 (dez milhões, cento e oitenta e seis mil quinhentos e sessenta reais)**, com base nos parâmetros abaixo:

**9.3.1** - **Índice de respeito:** 30 % (para fins de estimativa)

**9.3.2** - **Horas de operação por mês:** 240 horas

**9.4** - Para fórmula de cálculo do contrato considerou-se:

**9.4.1** - **Zona Azul:** R\$ 2,00

**9.4.2** - **Zona Hospitalar:** R\$ 1,00

$$\text{Quantidade} \times \text{Preço da Tarifa} \times \text{horas}^{\text{tempo}} / \text{concessão}$$

**9.4.3** - As tarifas serão reajustadas anualmente com base na legislação municipal vigente.

**9.4.4** - O reajuste do valor da tarifa será efetuado anualmente, e, se dará por Decreto da Chefe do Poder Executivo.



## 10 - FORMA DE REPASSE DE VALOR DA CONCESSÃO, PENALIDADES E GARANTIA CONTRATUAL

**10.1** - O pagamento da **Outorga Mensal** terá seu ônus definido pela parcela obtida pela aplicação do percentual de repasse ofertado pela Concessionária em sua Proposta Financeira, e incidirá sobre a receita bruta mensal decorrente dos pagamentos efetuados pelos usuários para utilização das vagas de estacionamento do sistema concedido.

**10.2** - As tarifas a serem cobradas devem seguir o disposto nas normas do Município de Espírito Santo do Pinhal.

**10.3** - Nos termos da normatização municipal o Concedente poderá alterar o valor de tarifa, bem como implantar sistema de tarifas diferenciadas em determinadas regiões e/ou horários, objetivando a regulação e a maximização do desempenho do sistema viário, respeitando as condições para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

**10.4** - Os repasses dos valores relativos ao ônus da Concessão deverão ser realizados pela Concessionária ao Concedente mediante a apresentação de prestação de contas, por meio de relatórios gerenciais previamente determinados, os quais deverão demonstrar detalhadamente as receitas e despesas, devendo ser apresentados até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, para aprovação. Após a aprovação por parte do Concedente, a Concessionária será notificada e terá, após a data da notificação, até 03 (três) dias úteis para efetuar o pagamento da **Outorga Mensal** ao Concedente.

**10.5** - A Concessionária será a única responsável pela integridade da arrecadação de todos os valores que ingressarem no sistema de estacionamento rotativo para pagamento da utilização das vagas e das taxas de cancelamento das notificações de irregularidade.

**10.6** - A Concessionária deverá manter registro de todas as operações de entrada e saída de valores do sistema, de acordo com os procedimentos a serem definidos no plano de auditoria a ser implantado. Esta determinação se aplica às movimentações e utilização dos cartões ou outros meios de pagamento implantados no sistema de estacionamento rotativo.

**10.7** - As informações acima deverão estar disponíveis ao Concedente ou à pessoa física ou jurídica por ele designada, para fins de controle e de auditoria do sistema, sempre que solicitado, até, no máximo, o 2º (segundo) dia útil subsequente ao da solicitação.

**10.8** - A Concessionária deverá, a partir dos registros de uso dos equipamentos instalados na via pública, emitir relatório diário da utilização do sistema, o qual deverá conter o total de unidades de estacionamento utilizadas no sistema, com identificação da forma de pagamento empregada.

### 10.9 - Das Penalidades

**10.9.1** - A recusa injusta da adjudicatária em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Concedente, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui previstas.

**10.9.2** - As multas serão descontadas dos pagamentos ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.





**10.9.3** - A recusa injustificada em assinar o Contrato caracteriza inexecução total do objeto e acarretará à Licitante vencedora multa no valor de 5,00% (cinco inteiros por cento) correspondente ao valor estimado anual para o Contrato.

**10.9.4** - Pela inexecução total ou parcial do Contrato o MUNICÍPIO poderá, garantida prévia defesa, além de rescindir o Contrato, aplicar à CONCESSIONARIA as seguintes sanções:

**10.9.5** - Advertência;

**a** - Multa;

**b** - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos;

**c** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**10.9.6** - Essas penalidades serão aplicadas a critério do Município e, sempre que aplicadas, serão devidamente registradas.

**10.9.7** - Serão aplicadas as penalidades:

**a** - Quando houver recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido pelo Município;

**b** - Sempre que verificadas pequenas irregularidades;

**c** - Quando houver atraso injustificado na execução dos serviços por culpa da Contratada;

**d** - Quando a Contratada não corrigir deficiência ou não refizer serviços solicitados pelo Município;

**e** - Quando houver descumprimento das cláusulas contratuais ou de obrigações constantes no Contrato ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente;

**f** - Quando houver o desatendimento das determinações regulares da fiscalização;

**10.9.8** - Para os casos de multas, será aplicada multa no valor de 5,00% (cinco inteiros por cento) correspondente ao valor estimado anual para o Contrato.

**10.9.9** - A advertência por escrito será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, sempre que se verificarem pequenas irregularidades. A sua reiteração demandará a aplicação de pena mais elevada, a critério da Contratante.

**10.9.10** - A multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total contratado, quando houver atraso injustificado na execução dos serviços por culpa da Contratada.

**10.9.11** - Quando houver paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao Município, será aplicada multa de 5,00% (cinco inteiros por cento) sobre o valor total contratado.

**10.9.12** - A multa prevista não impede que o Município rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções previstas na legislação.

**10.9.13** - Quando a Contratada motivar rescisão contratual, será ela responsável pelas perdas e danos decorrentes para a Prefeitura Municipal.

**10.9.14** - A suspensão temporária de contratar com a Administração Municipal ou declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública será aplicada nos casos de maior gravidade.

**10.9.15** - As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.



**10.9.16** - Será aplicada multa de 5,00% (cinco inteiros por cento) sobre o valor total corrigido da contratação, **quando a licitante vencedora**:

- a** - Prestar informações inexatas ou causar embaraços à Fiscalização;
- b** - Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem prévia autorização da Contratante;
- c** - Executar os serviços em desacordo com o projeto, Normas Técnicas ou Especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
- d** - As multas poderão ser aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo;
- e** - A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir comunicado por escrito pelo **MUNICÍPIO** à direção da **CONCESSIONÁRIA**.

**10.10** - Será facultado à Licitante o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas nesta cláusula.

**10.11** - Além do previsto neste Edital e no Termo de Concessão, a **CONCESSIONÁRIA**, pela prática direta, por seus representantes legais, ou por meio de prepostos e/ou empregados e/ou contratados a qualquer título, sujeita-se a penalização pelas infrações previstas em Lei.

**10.12** - Por ocasião da imposição de qualquer penalidade, a Fiscalização determinará, concomitantemente, as providências necessárias para a correção da irregularidade que lhe deu origem.

**10.13** - A imposição de penalidades não impede a concomitante revogação da Concessão.

**10.14** - Da decisão de aplicação de penalidade caberá recurso, com efeito suspensivo, à Chefe do Poder Executivo.

#### **10.15 - Da Garantia**

**10.15.1** - Na data de assinatura do Contrato deverá ser entregue à Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal/SP, garantia contratual, a título de caução, o valor correspondente a 1,00% (um inteiro por cento) do valor do Contrato, a qual é estimada em R\$101.865,60 (cento e um mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos).

**10.15.2** - Esta garantia poderá ser substituída, anualmente, por outra de valor correspondente ao citado no item anterior.

**10.15.3** - A garantia aqui descrita poderá ser prestada em caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, à escolha da Proponente.

**10.15.4** - Na hipótese de majoração do valor do Contrato, a Licitante vencedora fica obrigada a complementar ou substituir a garantia prestada.

**10.16** - Se o valor da garantia de execução for utilizado para o pagamento de qualquer obrigação, a Licitante vencedora obriga-se a restabelecer o seu valor real no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data em que for comunicada pelo Município Concedente.



**10.17** - O valor da garantia responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias, indenizações ao Município e a terceiros, e por todas as multas impostas à Licitante vencedora, sem que isso inviabilize a aplicação de multas em valor superior ao da garantia prestada.

**10.18** - A garantia prestada deverá abranger toda a vigência do Contrato e, também, o período de 04 (quatro) meses após o término dele, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no Contrato, nos moldes do artigo 56 da Lei Nacional nº 8.666/1993.

**10.19** - A garantia será liberada ou restituída ante a comprovação de que a Licitante/Concessionária pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e caso este pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, diretamente pela Administração/Concedente.

**10.20** - A devolução da garantia não exime a Licitante/Concessionária das responsabilidades administrativas, cíveis e penais oriundas da execução do objeto do respectivo Contrato.

## 11 - EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

**11.1** - Extingue-se a concessão por:

**11.1.1** - Advento do Termo da Concessão;

**11.1.2** - Revogação da Concessão;

**11.1.3** - Rescisão consensual ou judicial;

**11.1.4** - Recuperação judicial ou extinção da **Concessionária**;

**11.1.5** - Impossibilidade de continuidade dos serviços por parte da **Concessionária**, desde que devidamente comprovada em processo administrativo regularmente instaurado;

**11.1.6** - Transferência dos serviços sem prévia anuência do **Concedente**;

**11.1.7** - Descumprimento das cláusulas constantes do Termo de Concessão.

**11.2** - Extinta a Concessão, retornam ao **Concedente** todos os direitos transferidos à **Concessionária**.

**11.3** - Havendo descumprimento das normas da Concessão, pela **Concessionária**, a Concessão poderá ser rescindida judicialmente, por iniciativa da **Concedente**, caso em que os serviços não poderão ser interrompidos ou paralisados pela **Concessionária**, até o trânsito em julgado da decisão terminativa da demanda judicial promovida.

## 12 - RECURSOS

**12.1** - Somente serão aceitos recursos previstos na Lei Nacional nº 8.666/1993, os quais deverão ser endereçados à Chefe do Poder Executivo, por intermédio da Comissão Permanente de



Licitações, com entrada no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal, quando se tratar de habilitação e/ou inabilitação, classificação e/ou desclassificação.

### **13 - PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**13.1** - A participação da Licitante como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) somente será permitida se o interessado comprovar tal situação jurídica por meio de seu instrumento constitutivo registrado na respectiva Junta Comercial ou órgão competente, no qual conste a inclusão no seu nome como ME ou EPP (art. 72 da Lei Complementar nº 123/2006), ou por meio da apresentação de enquadramento da Licitante na condição de ME ou EPP, mediante declaração em instrumento próprio para essa finalidade no respectivo órgão e registro de seus atos constitutivos.

#### **13.2 - Da Documentação**

**13.2.1** - As empresas constituídas em forma de Microempresa ou Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação, deverão apresentar, no que couber, toda a documentação exigida, inclusive aquela referente à regularidade fiscal (mesmo que esta apresente alguma restrição, atendendo ao que determina o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

**13.2.2** - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurada às Licitantes o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a Proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**13.2.3** - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará a decadência à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Nacional nº 8.666/199, sendo facultado à Administração convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do Contrato, ou, revogar a licitação.

### **14 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1** - As condições estabelecidas no presente Edital farão parte do Contrato, independentemente de sua transcrição nele.

**14.2** - Compõem este Edital:

**14.2.1** - Anexo I - Termo de Referência

**14.2.2** - Anexo II - Prova de Conceito para Avaliação da Proposta Técnica

**14.2.3** - Anexo III - Prova de Conceito para Avaliação dos Equipamentos e Softwares da Licitante Vencedora

**14.2.4** - Anexo IV - Modelo da Proposta Financeira

**14.2.5** - Anexo V - Modelo da Carta de Credenciamento

**14.2.6** - Anexo VI - Modelo de Declaração de Concorrência aos Termos do Edital e Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação

**14.2.7** - Anexo VII - Modelo de Declaração de Atendimento às Exigências do Edital





**14.2.8 - Anexo VIII - Modelo de Declaração de Cumprimento do Disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988.**

**14.2.9 - Anexo IX - Modelo de Atestado de Visita ou de Declaração de Conhecimento**

**14.2.10 - Anexo X - Modelo de Declaração de Enquadramento como ME/EPP**

**14.2.11 - Anexo XI - Minuta de Contrato**

**14.2.12 - Anexo XII - Termo de Ciência e Notificação - TCE/SP**

**14.2.13 - Anexo XIII - Lei Municipal nº 4.826 de 13 de julho de 2021.**

**14.2.14 - Anexo XIV - Decreto Municipal nº 5.504 de 25 de junho de 2022.**

**14.2.15 - Anexo XV - Mapa dos Logradouros**

**14.2.16 - Anexo XVI - Planilha de Custos**

**14.3 - O Edital contendo todos os elementos essenciais à elaboração da Proposta está disponível para consulta na Divisão de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal, situado na Avenida Hélio Vergueiro Leite, s/n, Bloco G, Sala G-39 - UNIPINHAL - Jardim Universitário, CEP 13.990-000 e no site [www.pinhal.sp.gov.br](http://www.pinhal.sp.gov.br).**

**14.4 - Os casos omissos serão apreciados e decididos pela Comissão Permanente de Licitações, submetendo-os, se necessário, à autoridade superior, com base na legislação pertinente.**

## **15 - OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS**

**15.1 - Os esclarecimentos deverão ser solicitados ao Departamento de Licitações e Contratos, por meio de comunicação escrita, dirigida ao seguinte endereço: Avenida Hélio Vergueiro Leite, s/n, Bloco G, UNIPINHAL, Jardim Universitário, CEP 13.990-000, e-mail: [compras@pinhal.sp.gov.br](mailto:compras@pinhal.sp.gov.br), até o terceiro dia antes do dia designado para o recebimento dos Envelopes. A Divisão de Licitações e Contratos responderá por escrito aos pedidos recebidos, num prazo máximo de dois dias antes do recebimento dos Envelopes, enviando cópia por escrito a todos que retiraram o Edital, mas sem citar a fonte de consulta.**

Espírito Santo do Pinhal/SP, 15 de fevereiro de 2023.

**JOAQUIM LUIZ LEME FILHO**

Secretário Municipal de Segurança Pública e Trânsito



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 - OBJETO

1.1 - CONCESSÃO PARA SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO NO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO

#### 2 - DEFINIÇÕES

2.1 - **Usuário:** Condutor de veículo que faz uso das vagas de estacionamento rotativo pago;

2.2 - **Monitor:** Funcionário para fazer comercialização, monitoria e orientar e instruir o usuário;

2.3 - **Ponto de Venda ou PDV:** Estabelecimento comercial habilitado e credenciado para fazer a comercialização de créditos e tickets para utilização das vagas pelos usuários;

2.4 - **Módulo para Pontos de Venda:** dispositivo que permita a compra de períodos de estacionamento nos Pontos de Venda, com a inclusão “on-line” da placa dos veículos na base de dados do sistema e a emissão de recibos impressos;

2.5 - **EPRC:** Equipamento Portátil de Registro e Controle;

2.6 - **Aplicativo (ou app):** Aplicativo é disponibilizado para os usuários nas lojas virtuais para sistemas Android e IOS (Play Store, App Store) baixado pelo usuário que, após o cadastro, possa efetuar a compra de créditos e o estacionamento no sistema rotativo;

2.7 - **Plataforma de Gestão:** Software com conjunto de processos informatizados com objetivo de administrar e parametrizar o sistema de estacionamento da Zona Azul através da gestão das informações parametrizadas e/ou coletadas em tempo real.

2.8 - **Monitoramento:** Consiste no monitor verificar via sistema digital se o veículo estacionado está com tempo ativado.

2.9 - **POS:** Equipamento eletrônico POS (do inglês: Point of Sale ou Point of Service): é um coletor de dados que se comunica com a base de dados remota de modo online, em tempo real, por meio de tráfego de dados via telefonia celular, emissor de ticket virtual com comprovante ao usuário. Será o equipamento utilizado pelo PDV para comercialização em dinheiro, cartão de crédito ou débito.

2.10 - **Plataforma web do usuário:** Ou portal WEB para o usuário comprar e visualizar seus créditos, transações de compra e ativação.

2.11 - **Parquímetro outdoor e indoor:** Dispositivo eletrônico instalado na via pública e dentro de PDVs, que permite adquirir sessões avulsas de estacionamento em vagas, com comunicação via GPRS ou sem fio em tempo real tendo como forma de pagamento cartão de débito e crédito, moeda e notas.

2.12 - **Aviso de Irregularidade:** O veículo poderá receber um “Aviso de irregularidade” com instruções sobre como se regularizar com a Zona Azul da cidade.

#### 3 - SOLUÇÃO

3.1 - A plataforma deverá compreender um conjunto de processos informatizados que tenham como objetivo administrar o Sistema de Estacionamento Público Regulamentado através da



análise das informações coletadas em tempo real. Deverá ser de fácil operação, tanto para o usuário quanto para os monitores em campo, atualizando todos os dados recebidos, tanto pelos usuários e/ou fornecidas pelos monitores em campo, gerando informações das situações de estacionamento.

**3.2 -** A Solução de estacionamento digital contempla os seguintes produtos e serviços:

**3.3 -** Aquisição de Créditos, via e dinheiro em espécie, cartão de crédito e/ou débito.

**3.3.1 -** Monitoramento;

**3.3.2 -** Administração;

**3.3.3 -** Gestão;

**3.3.4 -** Auditoria e Segurança;

**3.4 -** Cada perfil de usuário deverá ter acesso no sistema somente às funções inerentes à execução de suas atividades.

**3.5 -** A solução a ser utilizada deverá propiciar aos usuários facilidade na obtenção do crédito de estacionamento e versatilidade quanto à aquisição do mesmo, disponibilizando, vários métodos que permitam a utilização de dispositivos de armazenagem de crédito eletrônico debitando o saldo de crédito do usuário.

**3.6 -** O sistema deverá controlar, por meio de equipamentos portáteis, a utilização das vagas de estacionamento nas vias, áreas e logradouros públicos, inclusive quanto à limitação de tempo de utilização e pagamento de tarifa.

**3.7 -** A solução deverá contemplar um controle de Créditos Eletrônicos de Estacionamento, vinculando, obrigatoriamente, a um cadastro do Usuário, contendo no mínimo CPF, telefone, e-mail e senha eletrônica, devendo suportar o consumo para qualquer tipo de veículo autorizado por legislação.

**3.8 -** O serviço de suporte compreende a atualização tecnológica de toda a Solução Tecnológica implantada pela concessionária, incluindo assim a atualização de software, o provimento de toda e qualquer evolução, incluindo correções, “patches”, “fixes”, “updates”, “service packs”, novas “releases”, “versions”, “builds” e funcionalidades, bem como o provimento de “upgrades / subscrição”, englobando, inclusive, versões não sucessivas, nos casos em que a liberação de tais versões ocorra durante o período de vigência do serviço.

**3.9 - Quantidade de vagas estimadas conforme projeto anexo:**

**3.9.1 -** 1.179 carros Zona Comercial (podendo ser ampliada conforme necessidade da Administração.)

**a - Horário de operação do estacionamento rotativo:**

- ▶ Segunda a sexta 08:00 às 18:00
- ▶ Sábados 08:00 às 13:00
- ▶ Domingos e feriados não haverá operação

**b - Valores estabelecido por hora:**

**▶ Veículo - Zona Azul**

- ▶ R\$ 1,00 - 0:30 minutos
- ▶ R\$ 2,00 - 1:00 hora



► R\$ 4,00 - 2:00 horas

► **Veículo - Zona Hospitalar**

► R\$ 0,50- 0:30 minutos

► R\$ 1,00 - 1:00 hora

► R\$ 2,00- 2:00 horas

**3.10** - O Valor global estimado para concorrência é de R\$ 10.186.560,00 (dez milhões cento e oitenta e seis mil quinhentos e sessenta reais) com base nos parâmetros abaixo:

**3.10.1** - Índice de respeito: 30 % (para fins de estimativa)

**3.10.2** - Horas de operação por mês: 240 horas

**3.10.3** - Para fórmula de cálculo do contrato considerou-se:

**a** - Zona azul: R\$ 2,00

**b** - Zona Hospitalar: R\$ 1,00

***Quantidade x Preço da tarifa x hora x índices x tempo/ concessão.***

**3.11** - A permanência máxima admitida por vaga será de duas horas, podendo por no máximo o mesmo período.

**4 - DETALHAMENTO ADICIONAIS:**

**4.1** - Os veículos automotores, de passeio ou de carga, que vierem a ocupar, ainda que parcialmente, mais de uma vaga, relativa ao seu porte, ficarão obrigados ao pagamento da tarifa correspondente ao horário e ao número de vagas utilizadas.

**4.2** - Operações de carga e descarga de mercadorias serão permitidas na área regulamentada, desde que atendam a regulamentação do local.

**4.3** - Os veículos de passeio que fizerem uso indevido das vagas de carga e descarga, deixando o veículo por mais de 02 horas na mesma vaga ou não estarem efetuando operação de carga e descarga, estarão sujeitos à fiscalização dos monitores da Concessionária.

**4.4** - Estarão isentos do pagamento da tarifa, os veículos Oficiais da União, dos Estados e Municípios, quando a serviço e devidamente identificados e autorizado pelo departamento municipal competente do poder concedente. Na hipótese de interrupção parcial ou total das vagas de estacionamento regulamentado (AER), objeto da presente concessão, para atos e eventos festivos cívicos, sociais, políticos, obras civis, entre outros, a Prefeitura Municipal deverá comunicar expressamente a Concessionária com antecedência de no mínimo 48 (quarenta e oito) horas.

**4.5** - A inadimplência da Concessionária, com referência aos encargos estabelecidos neste item, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

**4.6** - Identificar os veículos estacionados nas vagas do sistema, informando através do sistema de gestão e fiscalização, à Autoridade Municipal de Trânsito e também representante do Poder Concedente no contrato, os dados relativos aos veículos que deixaram de efetuar o pagamento da tarifa.





**4.7** - Comunicar os agentes municipais de trânsito os veículos estacionados irregularmente e acima do tempo máximo permitido na mesma vaga.

**4.8** - A Concessionária será responsável pelos danos causados direta ou indiretamente ao Município de Espírito Santo do Pinhal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo aquela responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento, pela Concedente, do desenvolvimento dos serviços objeto do Contrato.

**4.9** - Não será de responsabilidade de Concessionária, ocorrências fortuitas ou de força maior, tais como, enchentes, vendavais e chuva com granizo, bem como não incluem um dever de segurança pessoal de seus proprietários ou usuários.

## **5 - NOTIFICAÇÕES:**

**5.1** - Prazo para ativação de tempo após a notificação: 10 minutos não sendo esse tempo gratuito, somente para se regularizar.

**5.2** - Valor da pós-utilização: R\$ 15,00

**5.3** - \*O aviso de regularidade fica 100% para empresa Concessionária.

**5.4** - Tempo para pagamento da pós-utilização: 48 horas

**5.5** - Multa serão realizadas em tempo real, após reincidência de notificação não paga.

**5.6** - O usuário que tiver débito de pós utilização vencido, deverá se regularizar para nova aquisição, caso não o faça, estará sujeita a multa em conformidade com o CTB.

## **6 - QUANTITATIVO DE PONTO DE VENDAS E FISCALIZAÇÃO:**

**6.1** - Quantidade de monitores: 1 a cada 90 vagas, podendo ser ajustado caso a concessionária comprove que os usuários estejam utilizando as plataformas digitais.

**6.2** - Quantidade de Pontos de Vendas: 1 a cada 200 vagas

**6.3** - Quantidade de parquímetros: 1 a cada 250 vagas

**6.4** - Quantidade de Palm para fiscalização: 2 unidades

**6.5** - Quantidade Carro Guardião com 2 câmeras OCR: 1 unidade

## **7 - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL**

**7.1** - Sinalização horizontal e vertical será realizada conforme orientações emanadas das Resoluções 302, 303 e 304 do CONTRAN, bem como os Manuais de Sinalização Horizontal e Vertical do mesmo Órgão, em especial as de nº 180 e nº 243.

**7.2** - A sinalização vertical compreenderá toda aquela referente ao estacionamento permitido e sua regulamentação, tais como: dias e horários de operação do serviço, carga e descarga, carro-forte, pessoas com deficiência física e idosas, motocicletas, veículos especiais, entre outros e as demais que se fizerem necessárias à regulamentação de circulação da via.

**7.3** - A sinalização horizontal deverá ser realizada conforme normas técnicas e exigências o Código de Trânsito Brasileiro, em especial a Resolução do CONTRAN Nº 236.

**7.4** - Deverá ser utilizada tinta na cor branca indicando os locais com estacionamento permitido e na cor amarela os locais com estacionamento proibido ou de estacionamento emergencial. Compreenderão a implantação e manutenção da sinalização horizontal toda pintura de solo e outras de sinalização para circulação em vias e logradouros destinados à área de estacionamento



regulamentado. As legendas e símbolos referentes a motos e outros, também deverão ser confeccionados.

## **8 - CAMPANHA EDUCATIVA**

**8.1** - Objetivando esclarecer a população quanto ao uso e à importância do estacionamento rotativo, a empresa concessionária deverá realizar campanha de divulgação, orientação e de informações aos usuários do sistema.

**8.2** - As campanhas deverão ser veiculadas através de diferentes meios de comunicação disponíveis, como por exemplo, rádio, panfletos, outdoors, mensagens SMS, por um período não inferior a 30 (trinta) dias, que deverá ter início com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência do funcionamento do sistema.

## **9 - SUPERVISÃO**

**9.1** - A Concedente deverá nomear um representante, o qual será responsável pela coordenação e supervisão técnica da execução do Contrato e decidirá sobre todas as questões relativas à qualidade e aceitabilidade dos materiais, mão de obra e cronograma de execução, bem como sobre todas as questões relativas à interpretação dos projetos e especificações técnicas, além daquelas relativas ao cumprimento satisfatório do Contrato no seu aspecto técnico e administrativo.

## **10 - DAS FUNCIONALIDADES E GERENCIAMENTO DO SISTEMA DA APLICAÇÃO MULTICANAL PARA COMUNICAÇÃO E PAGAMENTO.**

### **10.1 - Módulo de Aquisição créditos, Liberação de Horas e Pagamento de Pós Utilização**

**10.1.1** - Módulo de Ponto de Venda

**10.1.2** - Módulo de Monitores

**10.1.3** - Módulo de Parquímetros

**10.1.4** - Módulo do Site

**10.1.5** - Módulo Aplicativo

**10.1.6** - Módulo do Whatsapp, Telegram, etc (**opcional**)

### **10.2 - Módulo Ponto venda:**

#### **10.2.1 - Funcionalidade PONTO DE VENDAS:**

**a** - As operações os **Pontos de Venda** devem permitir que o usuário:

- ▶ Informe os dados de identificação do veículo (placa);
- ▶ Informar tempo de estacionamento;
- ▶ Efetue o pagamento do preço correspondente ao tempo de estacionamento que deseja adquirir, observados os limites do regulamento;
- ▶ Emita o comprovante eletrônico de pagamento no valor adquirido.
- ▶ Permitir que eles verifiquem as ativações em seus smartphones, eliminando a necessidade de ele retornar para renovar o período ou reemitir os comprovantes.
- ▶ Deverá ser possível cadastrar uma nova conta pré-paga para o usuário. O PDV deve permitir o cadastramento de novos usuários.



► Deverá ter opção para informar ao usuário o saldo da conta cadastrada e poder utilizar deste saldo para ativação de tempo.

**10.2.2 - Dados mínimos para cadastro:**

- a -** CPF;
- b -** Nome;
- c -** Telefone;
- d -** E-mail; e
- e -** Senha

**10.2.3 -** Sistema de Estacionamento Rotativo Pago deve oferecer solução virtual para registro e pagamento do estacionamento rotativo, através de crédito pré-pago adquirido via internet.

**10.2.4 -** O sistema deverá apresentar o extrato de uso da conta virtual com:

- a -** Identificação da(s) placa(s) do(s) veículo(s);
- b -** Data e hora de uso;
- c -** Tempo de estacionamento;
- d -** Valor debitado; e
- e -** Saldo Restante.

**10.2.5 -** Quando o usuário optar por utilizar o sistema de créditos eletrônicos pré-pagos de estacionamento o sistema deverá fornecer uma forma de controle destes créditos e ainda deverá estar vinculado obrigatoriamente a um cadastro do usuário contendo no mínimo: nome completo, nº do CPF ou CNPJ e telefone. Esta conta deverá permitir a consulta por parte do usuário do histórico de operações de crédito e débito de utilizações.

**10.2.6 -** O comprovante de aquisição deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a -** Identificação do canal de venda;
- b -** Quantidade de tempo de estacionamento adquirido;
- c -** Valor pago;
- d -** Data e hora de emissão do bilhete;
- e -** Placa do veículo;
- f -** Data e hora de expiração do estacionamento regular.
- g -** Número sequencial único.

**10.2.7 -** Meios de pagamento:

- a -** Cédulas ou moedas nacionais em circulação oficial e de uso corrente no País;
- b -** Cartão de crédito e débito;
- c -** Ativação de créditos pré-pagos para ativação
- d -** Também deverá receber a tarifa de pós-utilização.

**10.3 - Módulo MONITOR:**



**10.3.1** - É obrigatório para o exercício da função de Monitor, o uso de uniforme ostensivo de fácil identificação pelo cidadão, sendo funcionários da Concessionária ou podendo o mesmo ser terceirizado como ponto de vendas ambulante, uniformizados, equipados e identificados com foto, nome e número de registro, que farão a venda e registro digital do tempo de estacionamento. O equipamento disponibilizado aos Monitores deverá ter a capacidade de operar a aplicação Mobile online e offline. Farão a venda do tempo de estacionamento diretamente ao cidadão, com dinheiro em espécie, cartão de crédito e débito num único equipamento. Os Monitores deverão possuir dinheiro em espécie para fornecer os trocos necessários aos usuários, tendo a obrigatoriedade de troco para até 20 (vinte) reais.

**10.3.2** - As operações dos Monitores devem permitir que o usuário:

- a** - Informe os dados de identificação do veículo (placa)
- b** - Informar tempo de estacionamento;
- c** - Efetue o pagamento do preço correspondente ao tempo de estacionamento que deseja adquirir, observados os limites do regulamento;
- d** - Emita o comprovante eletrônico de pagamento no valor adquirido.
- e** - Permitir que eles verifiquem as ativações em seus smartphones, eliminando a necessidade de ele retornar para renovar o período ou reemitir os comprovantes.

**10.3.3** - Deverá ser possível cadastrar uma nova conta pré-paga para o usuário. O Monitor deverá realizar o cadastramento de novos usuários, caso seja solicitado.

**10.3.4** - O usuário poderá, se desejar adquirir créditos antecipados para sua conta pré-paga em dinheiro, pix, cartão de débito e crédito;

**10.3.5** - Deverá ter opção para informar ao usuário o saldo da conta cadastrada e poder utilizar deste saldo para ativação de tempo.

**10.3.6** - Dados mínimos para cadastro:

- a** - CPF;
- b** - Nome;
- c** - Telefone;
- d** - E-mail; e
- e** - Senha;

**10.3.7** - Sistema de Estacionamento Rotativo Pago deve oferecer solução virtual para registro e pagamento do estacionamento rotativo, através de crédito pré-pago adquirido via internet.

**10.3.8** - O Monitor pelo sistema terá caso seja solicitado apresentar o extrato de uso da conta virtual com:

- a** - Identificação da(s) placa(s) do(s) veículo(s);
- b** - Data e hora de uso;
- c** - Tempo de estacionamento;





- d - Valor debitado; e
- e - Saldo Restante.

**10.3.9** - Quando o usuário optar por utilizar o sistema de créditos eletrônicos pré-pagos de estacionamento o sistema deverá fornecer uma forma de controle destes créditos e ainda deverá estar vinculado obrigatoriamente a um cadastro do usuário contendo no mínimo: nome completo, nº do CPF ou CNPJ e telefone. Esta conta deverá permitir a consulta por parte do usuário do histórico de operações de crédito e débito de utilizações.

**10.3.10** - O comprovante de aquisição deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a - Identificação do canal de venda;
- b - Quantidade de tempo de estacionamento adquirido;
- c - Valor pago;
- d - Data e hora de emissão do bilhete;
- e - Placa do veículo;
- f - Data e hora de expiração do estacionamento regular.
- g - Número sequencial único.

**10.3.11** - Também deverá receber a tarifa de pós-utilização.

**10.3.12** - Meios de pagamento:

- a - Cédulas ou moedas nacionais em circulação oficial e de uso corrente no País;
- b - Cartão de crédito e débito;
- c - Ativação de créditos pré-pagos para ativação;

**10.3.13** - Todas as transações que envolvam pagamento de pós-utilização deverão emitir recibo de pagamento que deverá conter: Placa, data/hora, valor pago, identificação do Ponto de venda, identificação do operador e número sequencial único do cupom.

#### **10.4 - Módulo para Parquímetro:**

**10.4.1** - As operações do Parquímetro devem permitir que o usuário:

- a - Informe os dados de identificação do veículo (placa);
- b - Informar tempo de estacionamento;
- c - Efetue o pagamento do preço correspondente ao tempo de estacionamento que deseja adquirir, observados os limites do regulamento;
- d - Emita o comprovante eletrônico de pagamento no valor adquirido.
- e - Permitir que eles verifiquem as ativações em seus smartphones, eliminando a necessidade de ele retornar para renovar o período ou reemitir os comprovantes.

**10.4.2** - Deverá ser possível cadastrar uma nova conta pré-paga para o usuário. O Parquímetro terá que permitir o cadastramento de novos usuários, caso seja solicitado.



**10.4.3** - O usuário poderá, se desejar adquirir créditos antecipados para sua conta pré-paga cartão de débito, crédito.

**10.4.4** - Deverá ter opção para informar ao usuário o saldo da conta cadastrada e poder utilizar deste saldo para ativação de tempo.

**10.4.5** - Dados mínimos para cadastro:

- a** - CPF;
- b** - Nome;
- c** - Telefone;
- d** - E-mail; e
- e** - Senha;

**10.4.6** - Sistema de Estacionamento Rotativo Pago deve oferecer solução virtual para registro e pagamento do estacionamento rotativo, através de crédito pré-pago adquirido via internet.

**10.4.7** - O Parquímetro deverá ter a possibilidade de visualização de extrato de uso da conta virtual com:

- a** - Identificação da(s) placa(s) do(s) veículo(s);
- b** - Data e hora de uso;
- c** - Tempo de estacionamento;
- d** - Valor debitado; e
- e** - Saldo Restante.

**10.4.8** - Quando o usuário optar por utilizar o sistema de créditos eletrônicos pré-pagos de estacionamento o parquímetro deverá fornecer uma forma de controle destes créditos e ainda deverá estar vinculado obrigatoriamente a um cadastro do usuário contendo no mínimo: nome completo, nº do CPF ou CNPJ e telefone. Esta conta deverá permitir a consulta por parte do usuário do histórico de operações de crédito e débito de utilizações.

**10.4.9** - O comprovante de aquisição deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a** - Identificação do canal de venda;
- b** - Quantidade de tempo de estacionamento adquirido;
- c** - Valor pago;
- d** - Data e hora de emissão do bilhete;
- e** - Placa do veículo;
- f** - Data e hora de expiração do estacionamento regular.
- g** - Número sequencial único;

**10.4.10** - Meios de pagamento:

- a** - Cartão de crédito e débito;
- b** - Ativação de créditos pré-pagos para ativação;

**10.4.11** - Também deverá receber a tarifa de pós-utilização.



**10.4.12** - Todas as transações que envolvam pagamento de pós-utilização deverão emitir recibo de pagamento que deverá conter: Placa, data/hora, valor pago, identificação do Ponto de venda, identificação do operador e número sequencial único do cupom.

**10.4.13** - Devolução do valor referente ao tempo não utilizado.

## **10.5 - Módulo SITE**

**10.5.1** - O sítio (site) deverá conter informações objetivas do funcionamento do sistema e de todas as formas de pagamento e uso das horas de estacionamento.

**10.5.2** - Todas as transações realizadas para compra de créditos deverão gerar e-mail a ser enviado para o endereço eletrônico informado no cadastro, para controle do usuário quanto à utilização de sua conta.

**10.5.3** - Sistema de Estacionamento Rotativo Pago deve oferecer solução virtual para registro e pagamento do estacionamento rotativo, através de crédito pré-pago adquirido via internet.

**10.5.4** - O sistema deverá apresentar o extrato de uso da conta virtual com:

- a** - Identificação da(s) placa(s) do(s) veículo(s);
- b** - Data e hora de uso;
- c** - Tempo de estacionamento;
- d** - Valor debitado; e
- e** - Saldo Restante.

**10.5.5** - Quando o usuário optar por utilizar o sistema de créditos eletrônicos pré-pagos de estacionamento o sistema deverá fornecer uma forma de controle destes créditos e ainda deverá estar vinculado obrigatoriamente a um cadastro do usuário contendo no mínimo: nome completo, nº do CPF ou CNPJ e telefone. Esta conta deverá permitir a consulta por parte do usuário do histórico de operações de crédito e débito de utilizações.

**10.5.6** - As operações do site devem permitir que o usuário

- a** - Informe os dados de identificação do veículo (placa);
- b** - Informar tempo de estacionamento;
- c** - Efetue o pagamento do preço correspondente ao tempo de estacionamento que deseja adquirir, observados os limites do regulamento;
- d** - Permitir que eles verifiquem as ativações em seus smartphones, eliminando a necessidade de ele retornar para renovar o período ou reemitir os comprovantes.

**10.5.7** - Deverá ser possível cadastrar uma nova conta pré-paga para o usuário. O site terá que permitir o cadastramento de novos usuários, caso seja solicitado.



**10.5.8** - O usuário poderá, se desejar adquirir créditos antecipados para sua conta pré-paga cartão de débito, crédito.

**10.5.9** - Deverá ter opção para informar ao usuário o saldo da conta cadastrada e poder utilizar deste saldo para ativação de tempo.

**10.5.10** - Dados mínimos para cadastro:

- a - CPF;
- b - Nome;
- c - Telefone;
- d - E-mail; e
- e - Senha

**10.5.11** - Sistema de Estacionamento Rotativo Pago deve oferecer solução virtual para registro e pagamento do estacionamento rotativo, através de crédito pré-pago adquirido via internet.

**10.5.12** - O site deverá ter a possibilidade de visualização de extrato de uso da conta virtual com:

- a - Identificação da(s) placa(s) do(s) veículo(s);
- b - Data e hora de uso;
- c - Tempo de estacionamento;
- d - Valor debitado; e
- e - Saldo Restante.

**10.5.13** - Meios de pagamento:

- a - Cartão de crédito e débito;
- b - Ativação de créditos pré-pagos para ativação;

**10.5.14** - Quando o usuário optar por utilizar o sistema de créditos eletrônicos pré-pagos de estacionamento pelo site, o sistema deverá fornecer uma forma de controle destes créditos e ainda deverá estar vinculado obrigatoriamente a um cadastro do usuário contendo no mínimo: nome completo, nº do CPF ou CNPJ e telefone. Esta conta deverá permitir a consulta por parte do usuário do histórico de operações de crédito e débito de utilizações.

**10.5.15** - Também deverá receber a tarifa de pós-utilização.

**10.5.16** - Devolução do valor referente ao tempo não utilizado.

## **10.6 - Módulos Aplicativo:**

**10.6.1** - Sistema de Estacionamento Rotativo Pago deve oferecer solução virtual para registro e pagamento do estacionamento rotativo, através de crédito pré-pago adquirido via internet.

**10.6.2** - O sistema deverá apresentar o extrato de uso da conta virtual com:

- a - Identificação da(s) placa(s) do(s) veículo(s);





- b** - Data e hora de uso;
- c** - Tempo de estacionamento;
- d** - Valor debitado; e
- e** - Saldo Restante.

**10.6.3** - Quando o usuário optar por utilizar o sistema de créditos eletrônicos pré-pagos de estacionamento o sistema deverá fornecer uma forma de controle destes créditos e ainda deverá estar vinculado obrigatoriamente a um cadastro do usuário contendo no mínimo: nome completo, nº do CPF ou CNPJ e telefone. Esta conta deverá permitir a consulta por parte do usuário do histórico de operações de crédito e débito de utilizações.

**10.6.4** - As operações do site devem permitir que o usuário:

- a** - Informe os dados de identificação do veículo (placa);
- b** - Informar tempo de estacionamento;
- c** - Efetue o pagamento do preço correspondente ao tempo de estacionamento que deseja adquirir, observados os limites do regulamento;
- d** - Permitir que eles verifiquem as ativações em seus smartphones, eliminando a necessidade de ele retornar para renovar o período ou reemitir os comprovantes.

**10.6.5** - Deverá ser possível cadastrar uma nova conta pré-paga para o usuário. O site terá que permitir o cadastramento de novos usuários, caso seja solicitado.

**10.6.6** - O usuário poderá, se desejar adquirir créditos antecipados para sua conta pré-paga cartão de débito, crédito.

**10.6.7** - Deverá ter opção para informar ao usuário o saldo da conta cadastrada e poder utilizar deste saldo para ativação de tempo.

**10.6.8** - Dados mínimos para cadastro:

- a** - CPF;
- b** - Nome;
- c** - Telefone;
- d** - E-mail; e
- e** - Senha

**10.6.9** - Sistema de Estacionamento Rotativo Pago deve oferecer solução virtual para registro e pagamento do estacionamento rotativo, através de crédito pré-pago adquirido via internet.

**10.6.10** - O site deverá ter a possibilidade de visualização de extrato de uso da conta virtual com:

- a** - Identificação da(s) placa(s) do(s) veículo(s);
- b** - Data e hora de uso;
- c** - Tempo de estacionamento;
- d** - Valor debitado; e



**e - Saldo Restante.**

**10.6.11 -** Quando o usuário optar por utilizar o sistema de créditos eletrônicos pré-pagos de estacionamento pelo site, o sistema deverá fornecer uma forma de controle destes créditos e ainda deverá estar vinculado obrigatoriamente a um cadastro do usuário contendo no mínimo: nome completo, nº do CPF ou CNPJ e telefone. Esta conta deverá permitir a consulta por parte do usuário do histórico de operações de crédito e débito de utilizações.

**10.6.12 -** Meios de pagamento:

- a -** Cartão de crédito, débito;
- b -** Ativação de créditos pré-pagos para ativação;

**10.6.13 -** Também deverá receber a tarifa de pós-utilização.

**10.6.14 -** A Concessionária deverá disponibilizar aplicação mobile que permita ao usuário gerenciar conta virtual, realizar a compra de créditos, operações de estacionamento e pagamento pelo uso de vaga do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago, considerando ainda:

- a -** Disponibilidade para sistema operacional iOS e ANDROID;
- b -** Permitir acesso à conta virtual para alteração e inclusão de placa de veículo;
- c -** Possibilitar operações de carga ou recarga de crédito;
- d -** Possibilitar que o usuário realize operação de alocação e liberação da vaga;
- e -** Consultar saldo e extrato de uso;
- f -** Mostrar tempo de estacionamento em andamento;
- g -** Emitir alerta, com tempo configurável, no término do período adquirido;
- h -** Devolução do valor referente ao tempo não utilizado.

**10.6.15 -** Da Venda de Créditos de Estacionamento através de Aplicativos Disponibilizados Gratuitamente nas Lojas Virtuais, compatíveis com os sistemas operacionais iOS e ANDROID

## **10.7 - Módulos Whatsapp, Telegran, etc (opcional)**

**10.7.1 -** Meios de pagamento:

- a -** Pix;
- b -** Ativação de créditos pré-pagos para ativação;

**10.7.2 -** Estacionamento por aplicativo mensageiro instantâneo popular que permite o envio e a recepção de mensagens de texto em tempo real. Deverá possuir opção de cadastro de placas, vinculando à conta pré-paga do usuário.

**10.7.3 -** Realizar ativação de tempo utilizando os créditos da conta pré-paga, compra de crédito para conta pré-paga /via PIX.

## **11 - FISCALIZAÇÃO.**



### **11.1 - Veículo Guardião**

**11.1.1 -** Deverá conter no mínimo 4 câmeras para monitoramento dos 2 lados da via, com 2 fotos por veículo, fiscalização do estacionamento rotativo, através de veículo dotado com câmeras de tecnologia OCR/LRP, lendo corretamente no mínimo 85% ao uma velocidade mínima de 30 km/h;

**11.1.2 -** A multas de trânsito, só terão legitimidade, se um agente de trânsito, estiver no veículo na hora da ronda, a qual poderá ser constatado a legalidade do estacionamento regular.

### **11.2 - Fiscalização Portátil do Agente**

**11.2.1 -** Terminal Eletrônico de notificação de irregularidades à Agentes de Trânsito para emissão de Autos de Infração (PALM);

**11.2.2 -** Os Palm's serão utilizados pelos Agentes Municipais de Trânsito para imposição de penalidades aos usuários flagrados em situação de desrespeito ao regulamento do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago.

**11.2.3 -** A critério do Poder Concedente, os Agentes de Trânsito vinculados diretamente na fiscalização do uso das vagas possuirão Terminais Eletrônicos (P.D.A), carregados e prontos para o uso, contendo todos os requisitos para a operação do sistema.

### **11.3 - Fiscalização Monitor**

**11.3.1 -** O monitoramento deverá ser realizado pela concessionária através de seus monitores.

**11.3.2 -** No momento da consulta on-line via Sistema OCR é retornado o Status da placa, por exemplo "Sem Cupom" (ou outra informação que corresponda a irregularidade do veículo), ou seja, Veículo irregular com pagamento da tarifa. Deve funcionar em tempo real.

**11.3.3 -** Deverá ser realizado com sistemas informatizados com o uso de internet, através de dispositivos móveis, possibilitando o envio de notificações e imagens para a concedente.

**11.3.4 -** Em cada consulta de estacionamento, o sistema realiza uma transação em tempo real com o banco de dados e informa a situação de veículo com a Zona Azul. Permite a consulta do status do veículo através do input da placa.

**11.3.5 -** Na resposta, o sistema informa a situação, que serão conforme abaixo (ou outra informação correspondente):

**a -** Regular Ativo;

**b -** Irregular sem cupom;

**11.3.6 -** O veículo que infringir as regras do Estacionamento Rotativo poderá receber um "Aviso de Irregularidade, especificando o enquadramento da irregularidade. A emissão do Aviso de Irregularidade será feita por equipamento eletrônico, emitido pelo funcionário da Concessionária que deverá fixar no veículo, ou onde for possível deixá-lo.



**11.3.7 -** O veículo não estará isento da tarifa caso não encontre o “Aviso de Irregularidade” em seu veículo, haja vista que está ciente do pagamento da Zona Azul pela sinalização nas vias.

**11.3.8 -** Todas as consultas efetuadas são armazenadas em Banco de Dados para análise futura da ação dos Monitores do Estacionamento Rotativo como, veículos fiscalizados, entre outras análises obtidas através de relatórios estatísticos do Módulo de Gestão.

**11.3.9 -** O equipamento transmite e recebe dados através de uma conexão remota com o banco de dados central, onde todos os dados estarão armazenados. Após a recepção da ocorrência de irregularidade de estacionamento (falta de pagamento da tarifa), o sistema encaminhará automaticamente os dados para o sistema de gerenciamento de infrações para emissão das penalidades.

**11.3.10 -** O monitor consulta a placa do veículo no sistema pelo dispositivo móvel (smartphone ou tablete). A consulta será realizada através de digitação da placa manualmente por teclado virtual ou OCR. Se o veículo estiver sem ativação do uso no estacionamento rotativo ou estacionado por período superior ao permitido pela legislação, uma notificação é registrada no sistema e uma nota de informação impressa (bloco de informação contendo informações de regularização) poderá ser afixada ao veículo para notificação do usuário. O sistema “anotara” no banco de dados, data e horário da notificação. O registro da notificação ficará como ativo no sendo que após se esgotar o período de pagamento da Pós-Utilização será enviado ao órgão competente para emissão de autuação. Todos esses dados deverão ficar armazenados para registro e auditoria.

**11.3.11 -** Para a agilidade da leitura das placas e comunicação com o sistema para a geração da evidência da infração, o sistema deve contar em seu aplicativo com a tecnologia de leitura de imagens do tipo OCR (Optical Character Recognition), capaz de maneira automática realizar a leitura da placa e efetiva consulta da situação da mesma, sem que o monitor precise digitar a placa do veículo.

**11.3.12 -** O controle consiste tão somente da rotina de verificação se todo veículo estacionado nas áreas destinadas a uso, realizou o pagamento de acordo com a legislação municipal:

- a -** A emissão de Avisos de Irregularidades no estacionamento será realizada pela Concessionária através de seus Monitores;
- b -** A resposta às inconformidades com as legislações de trânsito e municipal será realizada por Agentes de Trânsito, de acordo com a disponibilidade.
- c -** O monitoramento do uso das vagas também será realizado pelos Monitores da Concessionária, devidamente treinados, capacitados e habilitados para essa atividade.
- d -** Os Monitores deverão utilizar Terminais Eletrônicos (P.O.S.) para registro de imagens georreferenciadas de eventuais ocorrências de desrespeito às normas, que serão disponibilizadas para o conhecimento e providências dos Agentes de Trânsito do Município.
- e -** O usuário flagrado pelo Monitor utilizando uma vaga de estacionamento em desacordo com o regulamento, será notificado através da emissão de "Aviso de Irregularidade".





## **12 - DESCRIÇÕES DOS EQUIPAMENTOS E CARACTERÍSTICAS A SEREM UTILIZADOS.**

**12.1** - Todos os equipamentos ora mencionados abaixo deverão ser apresentados manuais junto a Documentação, a não apresentação da mesma, a empresa será desclassificada:

**12.1.1** - Parquímetro

**12.1.2** - Equipamento de Ponto de vendas

**12.1.3** - Equipamento de monitores

### **12.2 - Parquímetros**

**12.2.1** - Popularmente conhecido como parquímetro, deve possuir a robustez necessária para instalação em vias públicas em locais com alta salinidade, resistente a vandalismo, onde os usuários realizam o registro de utilização de vagas disponibilizadas no estacionamento rotativo;

#### **12.2.2 - Das Características Gerais do Parquímetro:**

- a** - Conexão de dados para realização de operações tipo configuração simultânea e envio à central dos registros realizados em tempo real;
- b** - Aceitar pagamento através de cartão de débito, crédito, dinheiro (nota) e moeda;
- c** - Possuir dispositivo de proteção física do equipamento, quando o mesmo estiver fora de operação ou mesmo após término de expediente;

#### **12.2.3 - Das Informações ao Usuário:**

- a** - Data e hora;
- b** - Valor da tarifa;
- c** - Tempo máximo de estacionamento;
- d** - Tempo de Tolerância;
- e** - Telefone e e-mail para contato com a Concessionária;

#### **12.2.4 - Da Utilização do Parquímetro:**

- a** - Informar a placa do veículo;
- b** - Informar o período de tempo desejado;
- c** - Consultar se dispõe de saldo, caso esteja utilizando saldo da conta virtual;
- d** - Concluir operação.

#### **12.2.5 - Parâmetros Operacionais Básicos:**

- a** - Os parquímetros deverão ser do tipo multivagas, interligados ao servidor central e deverão registrar a sessão eletronicamente, não impondo ao usuário que retorne ao veículo para colocar o recibo. Deve funcionar on-line, ou seja, em tempo real para que a fiscalização por parte dos monitores seja eficaz.
- b** - Os Parquímetros Eletrônicos Multivagas deverão ter capacidade de configuração para atender condições diferenciadas e específicas dos parâmetros de operação.
- c** - A configuração deverá ser feita através de software de retaguarda ou programação (software), com sistema de segurança para bloquear acesso de pessoas não autorizadas.



**12.2.6 - Os parâmetros operacionais básicos incluem, porém não se limitam a:**

- a - Valor da Tarifa
- b - Tempo mínimo de máximo de permanência no estacionamento;

**12.2.7 - Os Parquímetros Eletrônicos Multivagas on-line, deverão possibilitar aos usuários:**

- a - Adquirir tempo de estacionamento, dentro dos limites estabelecidos para o local
- b - Cadastrar conta pré-paga;
- c - Consultar o saldo de créditos disponível na conta pré-paga;
- d - Fazer devolução em créditos na conta pré-paga do tempo não utilizado, isso quando o tempo for ativada da própria conta pré-paga;
- e - Fabricado em módulo único, não deve ter aristas ou saliências que ofereçam risco físico ao usuário.
- f - Fechaduras para acesso aos componentes internos

**12.2.8 - São também características funcionais dos Parquímetros Eletrônicos Multivagas**

- a - Propiciar facilidades e conforto ao perfil do público usuário.
- b - Oferecer uma concepção ergométrica de projeto, instalação e sob o ponto de vista urbanístico.
- c - Possuir teclado alfanumérico sensível ao toque (touch) para digitação e operação de todas as interações com o usuário;
- d - Possuir display gráfico colorido, com dimensões mínimas de 15 (quinze) polegadas, mensagens e/ou orientação aos usuários a respeito dos procedimentos nas transações ou consultas, para melhor visualização de idosos, números grandes, evitando erros.
- e - Possuir filtro de privacidade;
- f - Emitir bilhete comprovante da aquisição do direito de estacionar, contendo as informações especificadas neste Projeto Básico.
- g - Impressão do bilhete deve ser realizada em impressora térmica com largura de impressão máximo de 58 mm;
- h - Possuir sistema de monitoramento, tipo NOC, para se saber em tempo real se o parquímetro está ativo ou com problema (Desligado, aplicação travada, perda de pacote, etc...).
- i - Terminal Eletrônico para emissão de bilhetes e monitoramento do uso das vagas (P.O.S.)
- j - Todos os Monitores da Concessionária e Pontos de Venda fixos credenciados deverão portar um Terminal Eletrônico para emissão de bilhetes e monitoramento do uso das vagas.
- k - Os Terminais Eletrônicos para emissão de bilhetes e monitoramento do uso das vagas devem ter certificação de homologação emitida na forma da legislação, quando existir.
- l - Deverá monitorar o estado operacional de cada parquímetro e manter o controle das sessões vendidas, por qualquer processo, incluindo a placa do veículo que utilizará. Possuindo painel com o status de cada parquímetro, monitorando seu status, perda de pacotes, etc.



### 12.3 - Equipamentos Ponto de Vendas

**12.3.1 - Web** deverá ser compatível com os padrões definidos pela W3C, de modo a garantir todas as suas funcionalidades em ambiente WEB, via “browser” (Internet Explorer e/ou Firefox e/ou Google Chrome ou Opera), utilizando “SSL” (protocolo de segurança que criptografa todos os dados trafegados entre o computador do usuário, smartphone e o da solução a ser utilizada) através da internet, com o objetivo de acesso às informações de forma segura, seja por parte da concessionária ou pela concedente.

**12.3.2 - POS** é um equipamento que deverá funcionar em equipamento de P.O.S ou equivalente, com impressora integrada ao corpo, permitir conexão 3G com certificação Anatel, deve permitir a ativação de tempo avulsos através de pagamento em dinheiro (espécie) e cartões de débito e crédito. A impressão das transações feitas no P.O.S devem ser feitas no próprio equipamento e deverão conter os seguintes dados: Placa, hora do início do estacionamento, hora do término do estacionamento, tempo ativado, valor, identificação do Ponto de venda, identificação do operador e número sequencial único do cupom, o modulo é um equipamento que deverá funcionar em equipamento de P.O.S ou equivalente, com impressora integrada ao corpo, permitir conexão 3G com certificação Anatel. A certificação válida, deverá ser apresentada no início da prova de conceito, sob pena de desclassificação, pois o equipamento não será admitido na Prova de Conceito.

### 12.4 - Equipamentos Monitor

#### 12.4.1 - Do Fornecimento de Equipamentos:

- a - Cada Monitor deverá estar munido de Terminal Eletrônico (P.O.S), carregados e prontos para o uso, contendo todos os requisitos para a operação do sistema.
- b - Deverão ser portáteis;
- c - Tem como premissa trabalhar de forma on-line conectado a central de gestão e processamento;
- d - Obrigatoriamente deverá ter a função de impressão, podendo ser conectado, se necessário, a uma impressora portátil se este não vier a ter esta característica;
- e - Possuir recurso de as ativações avulsas de tempo serem realizados off-line, caso haja perda de sinal de internet por parte da operadora. As vendas deverão ser sincronizadas posteriormente quando sinal retornar ou através de conexão wi-fi. Para acessar o sistema de vendas off-line será obrigatório que seja inserido uma senha para evitar fraudes. Esta senha deve ser gerada e param de funcionar depois de um determinado tempo. Isso protegerá para que não sejam realizadas vendas off-line sem autorização de superiores,

#### 12.4.2 - Impressora Portátil para monitores:

- a - As Impressoras Portáteis a serem disponibilizadas conjuntamente aos Terminais para Emissão de Bilhetes (P.O.S.) devem ser do tipo portátil, apropriadas para uso em campo, com no mínimo as seguintes especificações:
- b - O peso da impressora não deve ultrapassar 300 gramas, já com a bobina de papel;



- c - A impressão deverá ser térmica, não necessitando de cartuchos, fitas, ou qualquer outro item que precise ser substituído continuamente;
- d - A largura do papel a ser utilizado deve ser de no mínimo de 57 mm;
- e - A velocidade de impressão deve ser de no mínimo de 80 mm/segundo;
- f - A impressora deverá se comunicar ao coletor eletrônico através de tecnologia Bluetooth, permitindo dessa forma, praticidade em seu uso pelos operadores;
- g - A impressora deve ter certificação de homologação emitida pela ANATEL. E devem ser apresentados junto com a documentação de habilitação, sob pena desclassificação.

## **12.5 - Plataforma de gestão**

**12.5.1** - Deverá ser fornecida pela concessionária, como parte integrante do serviço prestado, uma aplicação de Gerenciamento da Área Tarifada e gestão de mobilidade urbana para o Município, que deverá ser WEB com as seguintes características funcionais mínimas:

- a - Deverá possuir um portal web;
- b - Deverá possuir autenticação no sistema (login);
- c - Deverá possuir o cadastro de perfis;
- d - Deverá possuir o cadastro de usuários;
- e - Os lotes de cupons serão liberados para comercialização por servidor da Concedente através da Plataforma de Gestão, tornando possível controlar a venda de cupom.
- f - Configuração de valores e tempo correspondente, não havendo necessidade de atualizar aplicativos e/ou dispositivos.
- g - Cadastro de perfis, podendo ser mais não se limitando à:
  - ▶ Monitor
  - ▶ Rede Credenciada
  - ▶ Gestor
  - ▶ Master
- h - Configuração de valor da tarifa de pós-utilização, não havendo necessidade de atualizar aplicativos e/ou dispositivos.
- i - Configuração de tempo de tolerância que o usuário terá para ativar o tempo na placa após ser notificado, não havendo necessidade de atualizar aplicativos e/ou dispositivos.
- j - A administração dos serviços de forma a produzir relatórios gerenciais e estatísticos a partir do processamento de dados produzidos nos equipamentos eletrônicos de gerenciamento das vagas e dos equipamentos utilizados para o monitoramento:
  - ▶ Faturamento por período, Analítico e Sintético;
  - ▶ Veículos irregulares por período
  - ▶ Quantidade de consultas de cada monitor por período
  - ▶ Quantidade de apontamentos de irregularidades por monitor por período
- k - Deverá prover para a concedente, visibilidade sobre o controle, a geração e emissão da numeração dos e-Tickets de forma a evitar fraudes, permitindo ainda que a concedente gere lotes de cupons para comercialização e contar com a emissão de relatório sobre o uso dos mesmos. Na geração de lotes de cupons para comercialização deve-se ficar registrado a quantidade gerado e nome do usuário que realizou a geração.
- l - Relatório de gestão sistema:





- ▶ Arrecadação do sistema, incluindo relatórios por Ponto de Venda, por data e resumos totalizadores sobre a arrecadação em determinado período;
- ▶ Horas de estacionamento comercializadas/utilizadas (dia/mês) Utilização por tipo de pagamento (dia/mês);

#### **12.5.2 - Características de TI:**

- a** - O software aplicativo deve ser web (acesso via Internet) para desktop;
- b** - Oferecer alta disponibilidade e velocidade de acesso aos dados do sistema;
- c** - Permitir configurações e parametrizações para as ações e elementos que compõem o sistema, tais como: perfil de acesso, tipos recursos, horários, pessoas, eventos e entre outras necessárias a operacionalização;
- d** - Oferecer acessos online ao Poder Concedente para monitorar, fiscalizar e auditar a operação do estacionamento rotativo em tempo real;
- e** - Oferecer aos usuários, aquelas rotinas que facilitem o acesso às informações para utilização do estacionamento rotativo;
- f** - Encaminhar ao usuário notificação toda vez que ocorrer movimentação em sua conta virtual;
- g** - Gerenciar e emitir Avisos de Irregulares do uso das vagas do estacionamento;

#### **12.6 - Gestão de Aplicativo de Celular:**

**12.6.1** - Facultar ao usuário, manter um saldo eletrônico a ser utilizado em sessões de estacionamento, que deverão ser iniciadas mediante simples ativação de sua conta (alocação da vaga), oferecendo a opção do usuário de escolher as formas de pagamento para esse meio, conforme expresso neste Termo.

**12.6.2** - Essa gestão deverá ser possibilitada através da instalação no telefone celular do usuário de aplicativo compatível no mínimo com os sistemas operacionais iOS e ANDROID.

**12.6.3** - O aplicativo disponibilizado em qualquer dos casos não deverá ter custo ao usuário.

**12.6.4** - O recibo de pagamento correspondente deverá ser enviado no endereço eletrônico do usuário ou via SMS ou outro tipo de mensagem instantâneas originadas pelo próprio sistema.

#### **12.7 - Da Atualização Tecnológica:**

**12.7.1** - A Concessionária deverá garantir a atualização tecnológica dos produtos e dos processos que compõem o Sistema de Estacionamento Rotativo Pago, sem qualquer alteração nos custos para o usuário e/ou Poder Concedente.

**12.7.2** - As atualizações tecnológicas deverão garantir as características técnicas mínimas exigidas neste Projeto Básico.

**12.7.3** - Para alterar, substituir ou excluir qualquer das exigências previstas neste Projeto Básico, deverá ter a aprovação prévia do Poder Concedente.



### 13 - DA OBRIGAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

**13.1** - A Concessionária deverá, através de seu preposto, ser responsável pelo objeto da concessão, respondendo pelo fiel cumprimento do Contrato, devendo manter os trabalhos sob sua supervisão direta, independentemente de estes trabalhos serem executados por ela própria ou por subcontratadas.

**13.2** - O representante da Concedente poderá exigir medidas adicionais na área de abrangência do Projeto, como também poderá suspender os trabalhos temporariamente até que as medidas de segurança sejam consideradas suficientes.

**13.3** - A Concessionária é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

**13.4** - O não cumprimento, pela Concessionária, dos encargos trabalhistas, bem como das normas de saúde, higiene e segurança do trabalho, poderá importar na rescisão do Contrato, se não regularizado em até 30 dias.

**13.5** - A **CONCESSIONÁRIA** deverá submeter-se a auditoria externa anual, de demonstrações financeiras (conferência sistemática e rigorosa a fim de verificar a consistência da demonstração de resultados especificada no livro contábil), que observe os regramentos pertinentes do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil (BCB), arcando, isolada e integralmente, com o pagamento dos honorários para a obtenção de tal serviço, cujas conclusões deverão ser apresentadas à **CONCEDENTE**.

**13.6** - Concluído o balanço anual da **CONCESSIONÁRIA**, esta terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para a contratação da auditoria de que trata o item anterior, devendo o laudo decorrente ser apresentado à **CONCEDENTE** no prazo máximo de 90 (noventa) dias subsequentes à contratação.

### 14 - OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

**14.1** - Comunicar à Concessionária, com a antecedência necessária, observando o prazo de 10 (dez) dias úteis, no mínimo, qualquer alteração na Concessão, desde que não altere o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

**14.2** - Cumprir e fazer cumprir às disposições regulamentares da concessão, as cláusulas contratuais, aplicar as penalidades inerentes e exercer a fiscalização de trânsito prevista no Código de Trânsito Brasileiro.

**14.3** - Efetuar fiscalização do serviço objeto desta licitação, por meios próprios, aplicando as penalidades aos infratores e que deixarem de efetuar o pagamento das tarifas e arrecadando as multas decorrentes.



**14.4 -** Garantir a eficácia do sistema de estacionamento Regulamentado, objeto da presente concessão, dando pleno apoio ao concessionário na sua atuação, colocando permanentemente disponíveis, durante o período de funcionamento do sistema, agentes de trânsito com poder necessário de autuação, de acordo com o estabelecido neste edital, e aplicar as penalidades previstas no CTB, através dos sistemas de gestão on-line, aos veículos que deixarem de efetuar o registro no sistema de estacionamento regulamentado.

**14.5 -** Intervir na concessão nos casos e condições previstos em lei, extinguir o contrato nos casos previstos em lei.

**14.6 -** Zelar pela boa qualidade dos serviços, receberem, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até 30 (trinta) dias, das providências tomadas.

**14.7 -** Estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio ambiente e conservação.

**14.8 -** Proporcionar as condições adequadas e necessárias para a execução dos serviços contratados, de acordo com os termos do Contrato, adotando e tomando todas as providências em prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis da data da comunicação efetuada pela Concessionária.

**14.9 -** A Concedente indicará um profissional que fiscalizará os serviços e o relacionamento com a Concessionária.

**14.10 -** A Concedente se obriga a proceder à análise e aprovação do projeto implantado e submetido pela Concessionária, de acordo com o projeto básico, autorizando em seguida o início da operação.

**14.11 -** A Concedente se obriga a liberar as áreas objeto do Contrato totalmente desembaraçadas administrativa e judicialmente, dentro do prazo de 15 (quinze) dias da data da assinatura do Contrato.

## **15 - FORMA DE OUTORGA**

**15.1 -** A outorga será repassada no momento da liberação de créditos, ou seja, a concessionária, terá que solicitar a quantidade de créditos a serem utilizados com antecedência de 48 horas, passando ao erário antecipadamente o percentual ora proposto a CONCEDENTE.

**15.2 -** O valor mínimo da outorga a ser ofertada é de 10% (dez por cento), sendo desclassificada a que ofertar percentual inferior.



## Anexo II

### PROVA DE CONCEITO PARA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

Após a classificação das Propostas, será agendada a Prova de conceito das exigências dos itens pontuados, em que será verificado se o funcionamento dos equipamentos e sistemas ofertados pela Licitante atende plenamente os requisitos pontuados.

Módulo	Descrição	Atende /Não atende
APLICATIVO DE USUÁRIO	Utiliza fracionamento de Horas exemplo 30 mim em 30 min	
APLICATIVO DE USUÁRIO	Utiliza a função retirada dos veículos da vaga, e o aplicativo devolve os créditos referentes ao tempo não utilizado.	
APLICATIVO DE USUÁRIO	O sistema de aplicativo permite cadastro de contas pré-paga	
APLICATIVO DE USUÁRIO	Utiliza crédito adquirido pelo parquímetro no aplicativo como forma de pagamento	
PONTO DE VENDA	Tem disponibilização de equipamento de P.O.S ou equivalente, com impressora integrada ao corpo, permitir conexão 3G com certificação Anatel, para ativação de tempo em dinheiro, cartão de crédito e débito	
PARQUÍMETRO	Monitor touchscreen.	
PARQUÍMETRO	Monitor com filtro de privacidade.	
PARQUÍMETRO	Tem opção de retirar veículo da vaga de estacionamento e tem a opção de devolver os créditos referentes ao tempo não utilizado na conta pré-paga.	
PARQUÍMETRO	Utiliza moedas como forma de pagamento	
PARQUÍMETRO	Utiliza cédula como forma de pagamento	
PARQUÍMETRO	Utiliza cartão de débito e crédito como forma de pagamento	
PARQUÍMETRO	Utiliza crédito adquirido por aplicativo como forma de pagamento	
PARQUÍMETRO	As operações são em tempo real (online)	
PARQUÍMETRO	O parquímetro permite o cadastro de conta pré-paga on-line	
MONITORAMENTO E VENDAS	Disponibilização de equipamento para monitores realizar suas funções homologadas pela ANATEL, para venda por cartão de crédito	
MONITORAMENTO E VENDAS	Realiza consulta e identificação de status da placa veicular, através de aplicativo do monitor utilizando-se de tecnologia OCR nativa do aplicativo.	
MONITORAMENTO E VENDAS	Tem chat para comunicação entre os monitores e encarregado integrado ao aplicativo de MONITORAMENTO	
MONITORAMENTO E VENDAS	Realizar venda off-line e comprovar sincronização posterior com o sistema. Sistema deve exigir senha para entrar no modo off-line	
PALM DE MULTAS	Disponibiliza palm de multa que possibilita a verificação de veículos irregulares para os agentes de trânsito	
<b>TOTAL MÁXIMO</b>		





Será desclassificada a proposta que não atender qualquer dos itens que obteve pontuação.

**ANEXO III**  
**PROVA DE CONCEITO PARA AVALIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SOFTWARE DA**  
**LICITANTE VENCEDORA**

**I - DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DOS EQUIPAMENTOS, SISTEMAS E REALIZAÇÃO DE TESTES**

Após a classificação da apresentação da Proposta Financeira e Técnica, o Poder Concedente deverá atestar que o funcionamento dos equipamentos e sistemas ofertados pela Licitante atende plenamente aos requisitos mínimos estabelecidos no Edital e seus anexos, devendo para tanto se submeter à Prova de Conceito.

A Prova de Conceito deverá ser realizada, pela Licitante classificada em 1º (primeiro) lugar na fase de classificação da Proposta Financeira, e será realizada em escala real, após encerrada a análise das Propostas Financeiras e divulgação do resultado.

Caso ocorra a desclassificação da 1ª (primeira) colocada, a Licitante subsequente será convocada, conforme ordem de classificação das Propostas Financeiras, até que se encontre aquela que atenda aos requisitos solicitados.

A Licitante deverá disponibilizar todos os equipamentos, softwares necessários para a demonstração e testes de validação.

**II - DOS PRAZOS PARA REALIZAÇÃO DA “PROVA DE CONCEITO”**

A Licitante terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após se declarada vencedora para apresentação dos sistemas, equipamentos e qualquer aparelhamento necessário.

A Comissão Técnica Especial supervisionará e avaliará todos os processos de testes a que for submetida a infraestrutura operacional proposta pela Licitante, bem como, fará a constatação da conformidade das amostras e relatórios resultantes dos testes realizados.

A constatação de não conformidade pela Comissão Técnica Especial restringe-se ao critério “atende” ou “não atende”. A ocorrência de um ou mais “não atende” implica na desclassificação da Licitante.

**III - AVALIAÇÃO**

**• DO PARQUÍMETRO ELETRÔNICOS MULTI VAGAS:**

- 1 - Resistente a sol e chuva
- 2 - Aceita cartões de débito e crédito
- 3 - Monitor de no mínimo 8 polegadas com *touch screen* colorido.

AÇÃO	ATENDE	NÃO ATENDE
Cadastrar conta pré-paga de usuário vinculada à CPF		
Realizar um estacionamento com pagamento por meio de		



conta virtual (Usuário e Senha)		
Verificar saldo da conta		
Exibir extrato de créditos/débitos da conta pré-paga do usuário cadastrado		
Exibir placas dos veículos cadastrados na conta pré-paga		
Realizar um estacionamento com pagamento realizado com cartão de crédito e débito.		
Exibir relação de pontos de vendas credenciados		
Realizar impressão do ticket (comprovante de estacionamento).		
Demonstrar painel de monitoramento (NOC) onde consta o status do parquímetro.		
Demonstra alerta emitido pelo NOC sobre algum problema no equipamento.		
Realizar cadastro de uma conta virtual (Conta pré-paga)		

• **VEICULO OCR:**

- 1 - Com 4 câmeras
- 2 - Monitorar os 2 lados da via
- 3 - Com 2 fotos por veículo

AÇÃO	ATENDE	NÃO ATENDE
Demonstrar fiscalização do estacionamento rotativo, através de veículo dotado com câmeras de tecnologia OCR/LRP com uma velocidade mínima de 30 km/h		
Deverá ler corretamente no mínimo 85% das placas na velocidade mínima de 30 km/h		

• **APLICATIVO IOS e Android:**

AÇÃO	ATENDE	NÃO ATENDE
Realizar cadastro de um novo usuário		
Realizar o Login (Usuário e Senha)		
Cadastrar nova placa de veículo na conta cadastrada durante o teste do parquímetro. O aplicativo deve permitir inserir marca/modelo do veículo.		
Permitir alteração dos dados cadastrais da conta pré-paga do		



usuário, inclusive alteração da senha depois que logado		
Exibir extrato da conta pré-paga com lançamentos de débito/crédito do usuário		
Realizar um estacionamento		
O aplicativo deverá permitir obrigatoriamente a inserção de crédito (conta pré-paga) para a utilização de tickets por diferentes meios, como pelo posto de venda (P.D.V.), monitores, e aplicativo instantâneo de troca de mensagens.		
Exibir relação de pontos de venda credenciados		
Demonstrar compra de crédito na conta pré-paga através de cartão de crédito.		
Excluir placa cadastrada na conta pré-paga		
Configurar com quantos minutos o aplicativo deve notificar o usuário antes que seu tempo se esgote		

• **ESTACIONAMENTO POR APLICATIVO MENSAGEIRO INSTANTÂNEO POPULAR “WHATSAPP, TELEGRAM, etc” QUE PERMITE O ENVIO E A RECEPÇÃO DE MENSAGENS DE TEXTO EM TEMPO REAL.**

AÇÃO	ATENDE	NÃO ATENDE
Realizar ativação de tempo utilizando os créditos da conta pré-paga.		
Realizar compra de crédito para conta pré-paga através de pagamento via PIX.		
Realizar o estacionamento avulso, sem a necessidade de cadastro através de pagamento via PIX.		

• **MÓDULO PARA PONTO DE VENDA**

AÇÃO	ATENDE	NÃO ATENDE
Simular estacionamento de 1:00 em dinheiro para placa escolhida pela comissão. Placa -		
Demonstrar ativação de tempo via cartão de débito		
Demonstrar ativação de tempo via cartão de crédito		
A impressão das transações feitas no P.O.S devem ser feitas no próprio equipamento e deverão conter os seguintes dados: Placa, hora do início do estacionamento, hora do término do estacionamento, tempo ativado, valor, identificação do Ponto de venda, identificação do operador e número sequencial único do		



cupom		
Simular o cadastro de uma conta pré-paga de usuário		
Exibir saldo da conta cadastrada pelo parquímetro de usuário		
Acessar o sistema como o Usuário (Munícipe) cadastrado e realizar uma operação de compra de Créditos Eletrônicos de Estacionamento.		
Permitir que os usuários verifiquem quanto tempo falta para se esgotar seu tempo do seu próprio smartphone.		
O ponto de venda (PDV) deverá ser interligado ao painel de controle e enviar para a central de controle todos os dados da transação como: placa, data, horário, período selecionado e número serial com a identificação do PDV e Serial de transação		

#### • MÓDULO PARA MONITORAMENTO

AÇÃO	ATENDE	NÃO ATENDE
O aplicativo utilizado pelo monitor do estacionamento rotativo deverá ser compatível com o sistema operacional Android e funcionar diretamente e equipamento próprio a ser fornecido		
O equipamento utilizado pelo monitor do estacionamento rotativo deverá ter no mínimo as seguintes configurações; GPS integrado, tela de no mínimo 4 polegadas, ter impressora acoplada ou permitir impressora conectada via Bluetooth, possuir conexão Wi-Fi e 3G ou superior.		
Os dados do monitor para acesso ao sistema deverão ser cadastrados previamente no painel da Central de controle, com, pelo menos, os seguintes dados: nome, CPF e RG		
Os dados do monitor para acesso ao sistema deverão ser cadastrados previamente no painel da central de controle, com, pelo menos, os seguintes dados: nome, CPF e RG e deverão ter acesso liberado perfil que permite somente as funções que lhe forem designadas.		
O aplicativo do fiscal deverá permitir o cadastro de usuário motorista, permitindo a acessibilidade ao sistema ANDROID ou IOS, o monitor poderá orientar e cadastrar novos usuários		
Realizar abertura de caixa do monitor, informando o saldo inicial do caixa.		
Realizar ativação de tempo para placa seguindo os parâmetros estabelecidos no termo de referência		
Realizar pagamento de ativação de tempo utilizando créditos pré-pagos da conta cadastrada pelo aplicativo		





Realizar a alteração da placa ativada no ponto acima. Sistema deve permitir que seja trocada somente uma vez e que no máximo seja alterado 3 dígitos da placa original		
Consultar placa errada do ponto acima		
Consultar placa correta do ponto acima		
Comprar créditos pré-pago pelo equipamento do monitor com forma de pagamento cartão de crédito e débito. A inserção ou aproximação dos cartões bancários devem ser feitas no aparelho do monitor		
Reimprimir qualquer comprovante de venda realizado nos passos anteriores. Comissão deve escolher qual comprovante será impresso.		
Consulta saldo da conta pré-paga do usuário cadastrado pelo aplicativo		
Realizar fechamento do caixa do monitor		

• **PAINEL ADMINISTRATIVO (CENTRAL DE CONTROLE):**

<b>AÇÃO</b>	<b>ATENDE</b>	<b>NÃO ATENDE</b>
A central de controle deverá ter acesso restrito por meio de login e senha.		
A central de controle do poder concedente poderá ver em tempo real a quantidade de veículos estacionados, notificados e todas as transações de compra no Sistema de Estacionamento Rotativo em operação.		
A central de controle deverá permitir o cadastro de usuários por nível de acesso, para segurança geral de todo o sistema.		
A central de controle deverá ter acesso ao sistema de suporte e atendimento ao usuário, integrado com os aplicativos e pontos de venda		
A concessionária deverá possuir um portal web para gerenciamento do estacionamento rotativo digital que permita a visualização em tempo real das vendas, notificações e todas as informações do sistema.		
O Centro de Controle da concessionária deverá permitir o cadastro de todas as regras pertinentes ao funcionamento do estacionamento rotativo e integrar em tempo real as informações nas plataformas dependentes que são os APP'S, PDV's, aplicativo motorista, operador e monitor		
O Centro de Controle da concessionária deverá gerar relatórios inteligentes em tempo real automaticamente, e permitir a		



customização de exportação dos relatórios.		
O Centro de Controle deverá demonstrar relatório detalhado com as ativações dos veículos como placa e data da ativação do serviço no formato: Dia, Semana e Mês		
O Centro de Controle deverá demonstrar Relatório detalhado do faturamento das compras de créditos, acompanhados do Dia da semana - Dia, Semana, Mês, trimestre, semestre e ano.		
A central de controle deve considerar todos os meios de venda, Smartphones, PDV's, Operadores e nos relatórios separadamente ou em conjunto.		
Relatório de vendas completo de créditos, especificando a origem da compra, por débito, crédito, e dinheiro filtrando por datas: Dia, Mês, Ano, trimestre e semestre.		
O Centro de Controle deve demonstrar na tela principal um resumo de toda operação, (esta tela principal deverá ser atualizada automaticamente a cada 3 segundos sem a necessidade do link ou navegador ser reiniciado),		
Os dados de ativações devem constar a quantidade de placas ativas em vigência no exato momento, apresentando número e gráfico progressivo.		
Deverá possuir controle de todos os equipamentos que se conectam para realizar vendas, sendo necessário permitir que o equipamento realize operações, Além de exigir login e senha.		



**ANEXO IV**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1.404/2.023  
CONCORRÊNCIA Nº 01/2.023**

**MODELO DA PROPOSTA FINANCEIRA**

Empresa: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_ Inscrição Estadual: \_\_\_\_\_

Item	Descrição	Percentual Outorga Mensal
001	CONCESSÃO PARA SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO NO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO.	

*A Proposta Financeira da Proponente deverá registrar o percentual que não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do faturamento bruto da concessionária, conforme disposição do Edital.*

Local, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2.023.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Proponente  
(Papel timbrado ou carimbo da empresa)



## **ANEXO V**

### **MODELO DA CARTA DE CREDENCIAMENTO**

**À Comissão Permanente de Licitação  
Concorrência Pública nº 01/2.023  
Processo Administrativo nº 1.404/2.023**

Prezados senhores,

O abaixo assinado, \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_, emitida por (ou equivalente para estrangeiro), na qualidade de responsável legal pela proponente \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, vem, pela presente, informar que o senhor \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_, emitida por (ou equivalente para estrangeiro), é a pessoa designada por esta empresa para acompanhar a sessão de abertura e recebimento da documentação de habilitação e propostas de preços, bem como assinar atas e demais documentos a que se referir a licitação em epígrafe.

Local, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2.023.

---

**Assinatura do Proponente  
(Papel timbrado ou carimbo da empresa)**





## ANEXO VI

### DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA AOS TERMOS DO EDITAL E INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

À Comissão Permanente de Licitação  
Concorrência Pública nº 01/2.023  
Processo Administrativo nº 1.404/2.023

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) senhor(a) \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que se submete às condições estabelecidas no Edital de Concorrência em pauta, nos respectivos Anexos e documentos, afirmando que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Órgão licitador quanto à qualificação, apenas, das proponentes que haja atendido às condições estabelecidas e demonstrem integral possibilidade de executar os serviços.

Declara também que tomou ciência do Edital e que ele se encontra adequado, mostrando-se capaz de sustentar a decisão que venha a ser tomada quanto à adjudicação do objeto desta licitação.

Declara ainda, para todos os fins de direito e para fins de cumprimento do disposto no § 2º do art. 32, da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e sob as penas da lei, que inexistente fato impeditivo à sua habilitação e, ainda, que se obriga a comunicar a superveniência deste, caso venha a ocorrer.

Por ser verdade, firma a presente.

Local, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2.023.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Proponente**  
(Papel timbrado ou carimbo da empresa)



## ANEXO VII

### MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL

À Comissão Permanente de Licitações  
Concorrência Pública nº 01/2.023  
Processo Administrativo nº 1.404/2.023

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) senhor(a) \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que a empresa acima descrita está apta a atender as exigências mínimas relativas à implantação das instalações, equipamentos e pessoal técnico especializado, essencial para o cumprimento do objeto da Licitação epigrafada.

Local, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2.023.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Proponente**  
**(Papel timbrado ou carimbo da empresa)**



## ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, DO ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1.404/2.023

CONCORRÊNCIA Nº 01/2.023

### DECLARAÇÃO EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) senhor(a) \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da Lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República de 1988, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

**Ressalva:** emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Local, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2.023.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Proponente**  
(Papel timbrado ou carimbo da empresa)



## ANEXO IX

### MODELO DE ATESTADO DE VISITA OU DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

**À Comissão Permanente de Licitação  
Concorrência Pública nº 01/2.023  
Processo Administrativo nº 1.404/2.023**

Declaramos que o responsável da empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_ devidamente credenciado, visitou os  
locais onde serão prestados os serviços, e tomou conhecimento das condições que se  
apresentam.

ou

Optamos por não realizar a visita técnica e temos conhecimento de todas as  
condições estabelecidas no Edital, e que assumimos qualquer responsabilidade no que tange ao  
processo.

Local, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2.023.

---

**Assinatura do Proponente**  
**(Papel timbrado ou carimbo da empresa)**





## ANEXO IX

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº \_\_\_\_\_

CONCORRÊNCIA Nº 01/2.023

**Assinalar com X a classificação da empresa:**

☐ Microempresa (ME)

☐ Empresa de Pequeno Porte (EPP)

\_\_\_\_\_ (Nome da empresa), com sede na \_\_\_\_\_ (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_ e Inscrição Estadual nº. \_\_\_\_\_, para fins de participação no procedimento licitatório acima identificado, **DECLARA** cumprir os requisitos para classificar-se como **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, nos termos do art. 3.º da Lei Complementar Nacional nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

**DECLARA-SE** ainda, ciente das responsabilidades administrativas, civis e criminais.

Por ser verdade, firma a presente.

Local \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2.023.

\_\_\_\_\_  
Assinatura  
(carimbo ou papel timbrado da empresa)

**Observação 1:** em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

**Observação 2:** Este Anexo deverá ser apresentado dentro do Envelope nº1, de habilitação.



## ANEXO XI

### MINUTA DO CONTRATO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.404/2.023**

**CONCORRÊNCIA Nº 01/2.023**

**OBJETO:** CONCESSÃO PARA SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO NO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL/SP.

O **MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado pelo senhor Joaquim Luiz Leme Filho, Secretário Municipal de Segurança Pública e Trânsito, inscrita no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ portador da Cédula de Identidade de nº \_\_\_\_\_ e do outro lado a empresa \_\_\_\_\_ representada por \_\_\_\_\_, de agora em diante denominada **Contratada**, celebram o presente Contrato decorrente de Processo Administrativo Licitatório nº 1.404/2.023, Concorrência nº 01/2.023, de acordo com o artigo 45, §1º e seus incisos, todos da Lei Nacional nº 8.666/1993, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**1.1** - O objeto desta concorrência é **CONCESSÃO PARA SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO**, nas vias do Município, na quantidade estimada de **1.179 (um mil cento e setenta e nove) vagas**, que serão implantadas conforme Mapa e descrição de vagas por rua, que fazem parte do presente Edital e Termo de Referência.

**1.2** - O sistema de estacionamento rotativo remunerado implantado abrangerá as vias relacionadas na normatização municipal vigente, nos períodos compreendidos entre 8 e 18 h, de segunda a sexta-feira, e das 8 às 13 h, aos sábados.

**1.3** - Os Anexos do Edital integram o presente Contrato, independentemente de sua transcrição, sendo ali estabelecidas as demais obrigações e deveres de ambas as partes pactuantes.

**1.4** - O início da operacionalização do sistema far-se-á nas vias, após a execução da sinalização vertical e horizontal pela empresa vencedora do certame, conforme orientações emanadas nas Resoluções do **CONTRAN**, bem como manuais de Sinalização Vertical e Horizontal do mesmo órgão, e diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito.



**1.5** - O objeto concedido inclui todos os materiais a serem utilizados, a mão de obra, equipamentos, ferramentas, utensílios e o cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõe ao empregador, sem quaisquer ônus ou solidariedade por parte do Município de Espírito Santo do Pinhal/SP.

**1.6** - Após o prazo de concessão previsto, retornarão ao Município todas as obras, construções e benfeitorias realizadas a partir da Concessão.

**1.7** - O aumento ou supressão do número de vagas poderá ser realizado a critério da Administração Municipal.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO INÍCIO DOS TRABALHOS

**2.1** - O prazo para **início da operação** do sistema denominado **ZONA AZUL**, fica fixado em até 90 (noventa) dias corridos, a partir da assinatura do Contrato.

**2.2** - O prazo para **o início da implantação** do Sistema denominado **ZONA AZUL**, fica estabelecido em até 30 (trinta) dias do recebimento da Ordem de Serviço.

**2.3** - A presente Concessão tem prazo de 5 (cinco) anos a contar da assinatura deste Contrato, com possibilidade de renovação por igual período.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO DOS REAJUSTES, DO PAGAMENTO E DO REPASSE

**3.1** - Fica ajustado entre o Concedente e a Concessionária o percentual correspondente ao pagamento mensal pela Outorga na Concessão da exploração no serviço que não será inferior a 10,00% (dez inteiros por cento) do faturamento bruto da Concessionária, conforme normatização municipal vigente.

**3.2** - A Concessionária apresentará ao Concedente, mensalmente, até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, relatório circunstanciado da operação no período, com indicação da Receita Bruta Auferida, e o respectivo valor a ser repassado à Municipalidade.

**3.3** - O repasse devido ao Concedente deve ser efetuado mensalmente, após a aprovação por parte do Concedente, dos relatórios gerenciais previamente determinados, os quais deverão demonstrar detalhadamente as receitas e despesas. A Concessionária será notificada e terá, após a data da notificação, até 03 (três) dias úteis para efetuar o pagamento da **Outorga Mensal** ao Concedente. O valor corresponderá ao obtido pela multiplicação do percentual contratado sobre a Receita Bruta Auferida no mês, após a dedução do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).



**3.4 -** Em havendo atraso do pagamento mensal devido pela Concessionária, será aplicada multa de 2,00% (dois inteiros por cento) sobre o valor devido ao mês correspondente, sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato de Concessão.

**3.5 -** Se o atraso no pagamento do percentual de repasse mensal devido pela Concessionária exceder a 60 (sessenta) dias, a Concessão pode ser rescindida.

**3.6 -** A Concessionária cobrará as tarifas de acordo com o estabelecido pelo Poder Concedente.

**3.7 - Tarifa:** os valores das tarifas aplicadas são os seguintes:

Zona Azul / Comercial = R\$ 2,00.

Zona Hospitalar = R\$ 1,00.

**3.8 - Reajuste da Tarifa:** os preços contratados para a execução dos serviços serão mantidos fixos pelo prazo de 1 (um) ano, contados da data de implantação do estacionamento rotativo e serão reajustados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que possa substituí-lo, a cada período de 12 (doze) meses, após análise e parecer do Órgão Municipal responsável, conforme normatização municipal vigente.

**3.9 - Equilíbrio Econômico-financeiro:** será concedido equilíbrio econômico-financeiro, quando de solicitação da Concessionária, na forma do artigo 65, inciso I, alínea “d”, da Lei Nacional nº 8.666/1993, a qualquer tempo, sob a avaliação e considerações do Concedente.

**3.10 - Acréscimos e Supressões:** de acordo com a Lei Nacional nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, posteriormente, ao longo do período de Concessão, poderão ser suprimidas ou implantadas novas vagas, consultado o interesse público, e desde que respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS**

**4.1 -** O prazo da Concessão dos serviços de que trata o Edital é de 5 (cinco) anos, renováveis por igual período, a critério do Concedente, nos termos da normatização municipal vigente, a contar do início da operacionalização do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago.

**4.2 -** O Concedente convocará a interessada para assinar o Contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Nacional nº 8.666/1993.

**4.3 -** Após a assinatura do Contrato será emitida a ordem de início para a exploração da Concessão.

**4.4 -** Se a Licitante considerada vencedora deixar de assinar o Contrato ou o termo equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação, sem que tenha





solicitado prorrogação de prazo mediante justificativa, por escrito, e aceita pelo Município, poderão ser convocadas as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada; a Administração pode optar por revogar a licitação nos termos do artigo 64, §2º, da Lei Nacional nº 8.666/1993.

**4.5** - O início da operacionalização do sistema far-se-á nas vias após a execução da sinalização vertical e horizontal pela Contratada, conforme orientações emanadas nas Resoluções do CONTRAN, bem como manuais de Sinalização Vertical e Horizontal do mesmo órgão e Termo de Referência.

**4.6** - Após o prazo de Concessão previsto, retornarão ao Município, sem nenhum custo para este, todas as obras, bens, construções e benfeitorias realizadas a partir da Concessão.

**4.7** - Na hipótese de a Concessionária não ter interesse na prorrogação de vigência deste Contrato, o Concedente deverá ser comunicado com a antecedência mínima de 06 (seis) meses, contados da data do vencimento, sob pena de aplicação de sanções.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**5.1** - A CONTRATANTE, por intermédio da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito, e Fiscal de cumprimento contratual, fiscalizará o serviço contratado.

**5.2** - Aplicar as penalidades legais, contratuais, quando for o caso, observadas as previsões legais.

**5.3** - Intervir na prestação dos serviços e declarar a extinção da Concessão, nos casos e condições previstas na legislação vigente, sobretudo a municipal.

**5.4** - Homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas, obedecendo às condições fixadas em leis ou no Contrato, de maneira a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

**5.5** - Zelar pela boa qualidade dos serviços concedidos; receber, apurar e solucionar eventuais reclamações dos usuários, cientificando-os das providências adotadas e dos resultados obtidos.

**5.6** - Declarar de utilidade pública os bens necessários ao pleno atendimento dos serviços públicos concedidos, promovendo direta ou indiretamente, as desapropriações requeridas ou a instituição de servidões essenciais.

**5.7** - Estimular o aumento da qualidade e da produtividade do serviço público concedido, tomando as medidas necessárias à preservação do meio ambiente.

**5.8** - Estabelecer os dias e horários para a execução dos serviços, podendo ser alterados a qualquer tempo, por meio de lei municipal.



**5.9** - Cumprir as demais obrigações e encargos previstos no Termo de Referência bem como na legislação atinente à Concessão.

**5.10** - Intervir na prestação dos serviços nos casos e condições previstos em lei.

**5.11** - Proporcionar as condições adequadas e necessárias para a execução dos serviços contratados, adotando e tomando as providências necessárias para a conservação do objeto, em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis da data da comunicação efetuada pela Concessionária.

**5.12** - É Prerrogativa do Concedente fiscalizar as condições dos serviços prestados, formulando as exigências necessárias à eficaz execução deles, cabendo à Concessionária facilitar a atuação da fiscalização, prestando colaboração plena e irrestrita.

**5.13** - Credenciar veículos que estiverem a serviço do Concedente e isentá-los de pagamento do estacionamento rotativo e ainda exercer o controle de vagas consideradas de uso diferenciado e necessárias à prestação dos demais serviços públicos, desde que estas não ultrapassem o limite de 5,00% (cinco inteiros por cento) do total das vagas licitadas.

## **CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1** - Implantar e operacionalizar o sistema de estacionamento rotativo pago, na quantidade de vagas concedida, no prazo contratual, após o recebimento da Ordem de Serviço, não podendo ultrapassar 90 (noventa) dias após a assinatura do Contrato.

**6.2** - Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste Contrato, isentando o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda.

**6.3** - Perfeição e acuidade, mobilizando, para tanto, profissionais capacitados e submetidos a prévio treinamento, bem como fornecer os equipamentos necessários à execução dos serviços.

**6.4** - Manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação, como salários de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes que vitimem seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes asseguram.

**6.5** - Sempre que ocorrer falta de pessoal, a CONTRATADA deverá providenciar a sua imediata substituição.

**6.6** - A CONTRATADA será responsável por quaisquer transtornos, prejuízos ou danos pessoais e/ou materiais causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, provocados por seus empregados,



ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.

**6.7** - A CONTRATADA deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, e, sobre reclamações, se obriga a atendê-las prontamente, mantendo no local dos serviços a supervisão necessária, permitindo à Fiscalização a inspeção pertinente.

**6.8** - A CONTRATADA se obriga a manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação e Termo de Referência.

**6.9** - A CONTRATADA deverá executar os serviços de acordo com o Edital e com as especificações técnicas que fazem parte integrante dos autos do procedimento licitatório, refazendo qualquer serviço que esteja em desacordo com as respectivas especificações.

**6.10** - A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE a existência de ocorrências que não possam ser eliminadas nos termos deste Contrato, nem da licitação do qual faz parte.

**6.11** - Obriga-se a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços objeto deste Contrato.

**6.12** - A CONTRATADA indica como responsável **técnico da presente concessão, o (a) senhor (a)..... CPF nº ..**

**6.13** - Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes no trabalho de execução dos serviços contratados, uso indevido de patentes registradas, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos em via pública.

**6.14** - Repassar à CONTRATANTE, mensalmente, no prazo legal, o valor referente ao percentual contratado, sobre o valor bruto arrecadado.

**6.15** - A CONTRATADA/Concessionária responsabilizar-se-á também, isolada e exclusivamente, por:

- a)** Pagamento de multas eventualmente aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais em consequência de fato à CONCESSIONÁRIA e/ou ao respectivo pessoal imputável;
- b)** Obtenção de todas as licenças necessárias a prestação dos serviços objeto deste Contrato;
- c)** Pagamento de seguro de acidentes do trabalho em favor de todos os empregados utilizados no serviço;
- d)** Reparação de todos os danos decorrentes de quaisquer acidentes no trabalho de execução dos serviços permitidos, ainda que resultantes de caso fortuito ou força maior;



e) Pagamento de todas as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros, por fatos oriundos dos serviços permitidos, ainda que ocorridos na via pública.

**6.16** - A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, no curso de vigência da Concessão, todas as condições de habilitação e qualificação que permitiram a respectiva escolha.

**6.17** - A CONCESSIONÁRIA fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, nos termos da legislação, mediante regular aditamento do Contrato de Concessão.

**6.18** - Manter atualizado os registros contábeis e o inventário de todos os bens utilizados ou vinculados à Concessão.

**6.19** - Prestar contas da gestão dos serviços ao Concedente, em especial publicando o Balanço Patrimonial relativo às suas atividades como Concessionária do serviço público municipal de Espírito Santo do Pinhal.

**6.20** - Zelar pela integridade dos bens vinculados à Concessão, mantendo-os em perfeitas condições de uso e funcionamento.

**6.21** - Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da Concessão.

**6.22** - Cumprir as demais obrigações e encargos previstos no Termo de Referência e na legislação pertinente à Concessão.

**6.23** - Incumbe à Concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao Concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo Órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.

**6.24** - Identificar e sinalizar individualmente as vagas disponibilizadas, bem como realizar toda a infraestrutura de sinalização e viária necessária para a boa execução do objeto contratual.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

**7.1** - Na forma do art. 67 da Lei Nacional nº 8.666/1993, a execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Secretário Municipal de Segurança Pública e Trânsito, que deverá dispor de amplo acesso às informações e serviços que julgar necessário.

**7.2** - A **CONCEDENTE** reserva-se o direito de alterar o Fiscal, a qualquer momento, devendo oficializar à **CONCESSIONÁRIA**.

**7.3** - A **CONCESSIONÁRIA** estará sujeita, a qualquer tempo, à ampla fiscalização, pela **CONCEDENTE**, em razão da prestação dos serviços, incluída atos comportamentais dos





respectivos empregados ou prepostos, arrecadação das tarifas e demais itens que influam na qualidade da prestação dos serviços, bem como nas relações negociais entre as partes.

**7.4 - A CONCEDENTE** designará servidor devidamente habilitado a tanto, para exercer ampla, cotidiana e rotineira fiscalização dos serviços da **CONCESSIONÁRIA**, que deverá planejá-los acompanhado da Fiscalização da **CONCEDENTE**, devendo acatar todas e quaisquer determinações desta.

**7.5 - A CONCESSIONÁRIA** deverá fornecer à Fiscalização Municipal, mensalmente, relação completa dos empregados utilizados nos serviços, com detalhamento acerca dos respectivos nomes, qualificação profissional e jornada habitual, de sorte que possa a **CONCEDENTE**, em entendendo insatisfatório e/ou inadequado o serviço e/ou o comportamento de qualquer deles, solicitar a respectiva substituição, a qual deverá ser acatada de imediato pela **CONCESSIONÁRIA**, e empreendida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

**7.6 - A CONCESSIONÁRIA** deverá submeter-se a auditoria externa anual, de demonstrações financeiras (conferência sistemática e rigorosa a fim de verificar a consistência da demonstração de resultados especificada no livro contábil), que observe os regramentos pertinentes do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil (BCB), arcando, isolada e integralmente, com o pagamento dos honorários para a obtenção de tal serviço, cujas conclusões deverão ser apresentadas à **CONCEDENTE**.

**7.7 - Concluído o balanço anual da CONCESSIONÁRIA**, esta terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para a contratação da auditoria de que trata o item anterior, devendo o laudo decorrente ser apresentado à **CONCEDENTE** no prazo máximo de 90 (noventa) dias subsequentes à contratação.

**7.8 - A fiscalização realizada pela CONCEDENTE**, considerando que é com o exclusivo objetivo e averiguar o adequado cumprimento das condições da Concessão, e neste édito postas, não eximirá a **CONCESSIONÁRIA** de qualquer responsabilidade relativamente a danos sofridos por empregados e/ou prepostos seus, usuários dos serviços, integrantes da Administração Municipal e/ou terceiros.

**7.9 - Os serviços serão fiscalizados pelo Fiscal de acompanhamento contratual**, facultando-se à fiscalização o acompanhamento da execução do Objeto licitado.

**7.10 - O Concedente reserva-se no direito de não receber os serviços e seus respectivos equipamentos em desacordo com o previsto no Instrumento Convocatório**, podendo cancelar o Contrato e aplicar o disposto no inciso XI, do art. 24, da Lei Nacional nº 8.666/1993.

## CLÁUSULA OITAVA - DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

**8.1 - Este Contrato reger-se-á pelo Edital de Concorrência nº 01/2.023 e seus Anexos**, os quais são partes integrantes do **Processo Administrativo nº 1.404/2.023**.



## **CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

**9.1** - Pelo descumprimento total ou parcial das condições previstas na Proposta ou neste Contrato, o Município de Espírito Santo do Pinhal poderá aplicar à Adjudicatária ou Concessionária as sanções previstas no artigo 87 da Lei Nacional nº 8.666/1993, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis.

**9.2** - Ficam estabelecidas, por este Contrato, as penalidades previstas no Edital que lhe deu causa.

**9.3** - Por ocasião da imposição de qualquer penalidade, a fiscalização determinará, concomitantemente, as providências necessárias para a correção da irregularidade que lhe deu origem.

**9.4** - A imposição de penalidades não impede a concomitante revogação da Concessão, quando for o caso.

**9.5** - Da decisão de aplicação de penalidade, caberá recurso, com efeito suspensivo, à Chefe do Poder Executivo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA—DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO**

**10.1** - A Concessão extingue-se pelos motivos e formas dispostos no Edital que deu causa a este Contrato.

**10.2** - Extinta a Concessão, retornam ao Concedente todos os direitos transferidos à Concessionária.

**10.3** - Havendo descumprimento das normas da Concessão, pela Concessionária, a Concessão poderá ser rescindida judicialmente, por iniciativa do Concedente, caso em que os serviços não poderão ser interrompidos ou paralisados pela Concessionária, até o trânsito em julgado da decisão terminativa da demanda judicial promovida.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1** - Eventuais despesas decorrentes desta Licitação onerarão as dotações orçamentárias que constarem da pertinente Lei de Orçamento Anual (LOA).

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO DAS OBRAS E BENS**

**12.1** - Após o prazo da Concessão retornarão ao Município todas as obras, construções e benfeitorias realizadas a partir da Concessão. Também retornarão os equipamentos, telefones



inteligentes, sinalização horizontal, sinalização vertical, câmeras, assim como as licenças dos softwares de gestão do sistema, os quais serão revertidos em propriedade do Concedente.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SEGURANÇA DO TRABALHO

**13.1** - Deverá a CONTRATADA atender, no que couber, a todas as normas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego para o cumprimento deste Contrato.

**13.2** - A CONTRATADA providenciará que todas as medidas de proteção coletivas necessárias sejam implementadas, bem como, fornecerá e fiscalizará o uso, por todos os seus trabalhadores, dos equipamentos de proteção individual corretamente indicados para o desenvolvimento de suas tarefas, de acordo com a legislação específica.

**13.3** - Cabe à CONTRATADA acatar as recomendações decorrentes de inspeções de segurança e sanar as irregularidades apontadas, sob pena de adoção de medidas administrativas e disciplinares, inclusive a suspensão de suas atividades.

**13.4** - A CONTRATANTE poderá suspender qualquer trabalho no qual se evidencie risco iminente que possa ameaçar a segurança de pessoas, equipamentos, máquinas ou produtos ou causar danos ao meio ambiente e, na reincidência, poderá até romper o Contrato.

**13.5** - A CONTRATADA é responsável pela observância das normas de segurança do trabalho, bem como o cumprimento das disposições relativas às condições e meio ambiente de trabalho, determinadas na legislação federal, estadual e/ou municipal.

**13.6** - A CONTRATADA é responsável pela aquisição e fornecimento de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários para a proteção de seus trabalhadores.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

**14.1** - A Concessão e/ou quaisquer direitos dela, e/ou dos procedimentos licitatórios decorrentes, não podem ser cedidos e/ou transferidos pela **CONCESSIONÁRIA** a terceiros, total ou parcialmente, sem a expressa e escrita autorização do **MUNICÍPIO**.

**14.2** - A **CONCESSIONÁRIA** poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades acessórias ou complementares ao serviço permitido, bem como a implementação de projetos associados, mediante prévia e escrita anuência do Poder Executivo Municipal.

**14.3** - Os contratos celebrados entre a **CONCESSIONÁRIA** e os terceiros a que se refere o item anterior, reger-se-ão pelo Direito Privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o **CONCEDENTE**, ainda que expressamente autorizados por este.

**14.4** - A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas regulamentares relativas à modalidade do serviço permitido.



**14.5** - A subcontratação dos serviços pela CONTRATADA será permitida apenas parcialmente, somente para a realização de serviços especializados, e mediante a comprovação da sua necessidade.

- a)** Se existir a necessidade da subcontratação, deverá a CONTRATADA solicitar prévia e formalmente a sua autorização à CONTRATANTE, apresentando justificativa, acompanhada de cópia da minuta de contrato de prestação dos serviços, a qual indicará a subempreitada, o valor da prestação dos serviços, a obrigação desta em apresentar a CONTRATADA.
- b)** Não será permitida a paralisação dos serviços por parte da CONTRATADA motivada pelo pedido e aguardo da autorização da subcontratação, caso em que serão aplicadas as penalidades previstas no item **DAS PENALIDADES**.
- c)** O pedido de subcontratação será analisado pelo fiscal de cumprimento do Contrato, que avaliará a necessidade ou não da subempreitada, aprovando-a ou não.
- d)** Após a expedição da aprovação formal, deverá a CONTRATADA providenciar na apresentação do contrato de prestação dos serviços autorizados e somente após esta providência, a CONTRATANTE autorizará o início dos serviços.
- e)** Mesmo que a subcontratação seja aprovada pela CONTRATANTE, a responsabilidade direta pela execução continuará sendo da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA REGÊNCIA**

**15.1** - Este Contrato é regido, além das disposições contidas no Instrumento Convocatório, pela Lei Nacional nº 8.666/1993, Lei Nacional nº 9.503/1997, Lei Nacional nº 8.987/1995, Lei Complementar Nacional nº 123/2006, Lei Municipal nº 4.826/2021, Decreto Municipal nº 5.388/2021 e demais Leis ou Decretos que vierem a ser publicados e que disciplinem a execução dos serviços previstos no Edital, bem como as normas de direito aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES E DAS PUBLICAÇÕES**

**16.1** - O presente instrumento, assim como as eventuais alterações ou aditamentos, terá sua eficácia condicionada à publicação do respectivo extrato, e começará a vigorar a partir da respectiva "Ordem de Serviço".

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO**

**17.1** - O Contrato ora celebrado poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos casos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei Nacional nº 8.666/1993.

**17.2** - Nos casos descritos na Cláusula Décima.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS**

**18.1** - As omissões relativas ao presente Contrato são reguladas pela legislação vigente, na forma do artigo 65 e seguintes da Lei Nacional nº 8.666/1993.



## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO**

**19.1** - Fica eleito o Foro da Comarca de Espírito Santo do Pinhal/SP, para nele serem dirimidas quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato.

**19.2** - E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Contrato em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

Espírito Santo do Pinhal/SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2.023.

\_\_\_\_\_  
**JOAQUIM LUIZ LEME FILHO**  
**SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO**  
**PINHAL—CONCEDENTE**

\_\_\_\_\_  
**EMPRESA CONCESSIONÁRIA**

### **TESTEMUNHAS**

1 - \_\_\_\_\_

2 - \_\_\_\_\_

**Responsável Técnico da Concessão:** \_\_\_\_\_





## ANEXO XII

### TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO

**CONTRATADO:**

**CONTRATO Nº.** (DE ORIGEM): \_\_\_\_/2.023

**CONCORRÊNCIA Nº.** 01/2.023

**OBJETO:** CONCESSÃO PARA SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO NO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela CONTRATANTE estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Espírito Santo do Pinhal, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2.023.

#### **AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome:

Cargo:

CPF:



**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

**Pela contratada:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

